



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

**Eixo Tecnológico: Segurança
Modalidade: a distância**

Curso aprovado pela Resolução *ad referendum* CONSUP/IFTO N.º 43, de 30 de março de 2022, e convalidado pela Resolução CONSUP/IFTO N.º 127, de 19 de abril de 2022.

PPC aplicado para estudantes ingressantes em 2022.

**Paraíso do Tocantins – TO
2022**



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Expediente

Antônio da Luz Júnior
Reitor

Nayara Dias Pajeú Nascimento
Pró-Reitora de Ensino

Daniel Marra da Silva
Diretor de Graduação

Gislene Magali da Silva
Diretora de Educação a Distância

Flávio Eliziário de Souza
Diretor-Geral – *Campus Paraíso do Tocantins*

Fábio Silveira Vidal
Gerente de Ensino – *Campus Paraíso do Tocantins*

Comissão de Elaboração da 1ª Edição

PORTARIA PSO/REI/IFTO Nº 132/2021, DE 27 DE AGOSTO DE 2021
Alterada pelas portarias PSO/REI/IFTO Nº 135/2021, DE 31 DE AGOSTO DE 2021,
PSO/REI/IFTO Nº 140/2021, DE 01 DE SETEMBRO DE 2021 e PSO/REI/IFTO Nº
148/2021, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

Fábio Silveira Vidal – Presidente
Jarles Oliveira Silva Nolêto
Elkerlane Martins de Araujo
Tatiana Ribeiro de Almeida Vilarins
Cícero Italiano Sobrinho
Welere Gomes Barbosa
Plassone Antônio de Carvalho dos Santos
Leonardo de Andrade Carneiro
Camilo Carmo dos Santos
Elion Sarmento Silva
Gilvanio Alves Pereira

Revisão linguística: Ana Lúcia Petrocione Jardim



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. DA CONCEPÇÃO DO CURSO.....	8
1.1 JUSTIFICATIVA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 REQUISITOS DE ACESSO.....	11
1.4 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	12
1.5 PERFIL DE EGRESSO.....	12
2 DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	15
2.1 CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC).....	15
2.2 GRADE CURRICULAR.....	17
2.3 METODOLOGIA.....	22
2.3.1 Disciplinas eletivas.....	25
2.3.2 Disciplina optativa.....	25
2.3.3 Prática profissional supervisionada.....	25
2.3.3.1 Visitas técnicas.....	26
2.3.4 Disciplinas ofertadas a distância.....	27
2.3.5 Disciplinas que possuem carga horária presencial.....	28
2.3.6 Atividades de extensão.....	28
2.3.6.1 Atividades de extensão curriculares.....	28
2.3.6.2 Atividades de extensão extracurriculares.....	28
2.3.7 Atividade de pesquisa.....	28
2.3.8 Monitoria.....	29





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

2.3.9 Atividades acompanhadas.....	29
2.3.10 Ações para evitar a retenção e evasão.....	30
2.3.11 Acessibilidade.....	31
2.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	32
2.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	33
2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	33
2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	33
2.8 CERTIFICAÇÃO.....	34
3. DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO.....	35
3.1 PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO.....	35
3.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE.....	36
3.3 PERFIL DO CORPO TÉCNICO.....	38
3.4 PERFIL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DE TURMA.....	40
3.5 PERFIL DO TUTOR PRESENCIAL DAS DISCIPLINAS COM PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA.....	40
3.6 PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA.....	41
3.7 DO COLEGIADO DE CURSO.....	41
3.8 DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	41
4 DOS AMBIENTES E EQUIPAMENTOS.....	43
4.1 SALA DE PROFESSORES.....	43
4.2 SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO.....	43
4.3 SALAS DE AULA.....	43
4.4 AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS.....	44
4.4.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem.....	44
4.4.2 Laboratórios.....	44
4.4.3 Equipamentos existentes nos laboratórios.....	45
4.5 BIBLIOTECA.....	46





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

4.6 REFEITÓRIO.....	46
4.7 ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE.....	46
4.8 AMBIENTE DE ACESSO ÀS TIC's.....	47
4.8.1. Ambientes de acesso às TIC's no <i>campus</i>.....	47
4.8.2 Polos de Educação a Distância.....	47
5 DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO.....	49
BASE LEGAL.....	50
APÊNDICE A.....	53





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, conceituando-se como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Os institutos são equiparados às universidades federais, visto que possuem gestão orçamentária e financeira descentralizada. Possuem também, nos limites de sua área de atuação territorial, autonomia para criar ou extinguir cursos e registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior.

O IFTO atua em todo o estado do Tocantins, oferecendo educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Tem como compromisso manter a oferta de pelo menos 50% de vagas para o ensino técnico de nível médio e oferta de pelo menos 20% das vagas para os cursos de licenciatura e de formação de professores, conforme disposto na Lei de nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os cursos superiores de tecnologia e de bacharelado representam 30% das vagas a serem ofertadas, podendo ainda serem oferecidos cursos *Lato* e *Stricto sensu*. Além dos cursos na modalidade presencial, o IFTO vem implantando cursos na modalidade educação a distância. Com a sua atuação em todas as regiões do Tocantins, o IFTO vem gerando melhoria de vida para os tocantinenses, proporcionando desenvolvimento educacional, científico e tecnológico para todo o estado.

O IFTO conta atualmente com onze unidades educacionais, sendo: *Campus Araguaína*, *Campus Araguatins*, *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, *Campus Avançado Lagoa da Confusão*, *Campus Avançado Pedro Afonso*, *Campus Colinas*, *Campus Dianópolis*, *Campus Gurupi*, *Campus Palmas*, *Campus Paraíso do Tocantins*, *Campus Porto Nacional*. Conta também com o Centro de Referência em Educação a Distância (Cread), além de Polos de Apoio à Educação a Distância. A Reitoria do IFTO está situada na capital do estado, Palmas – TO.

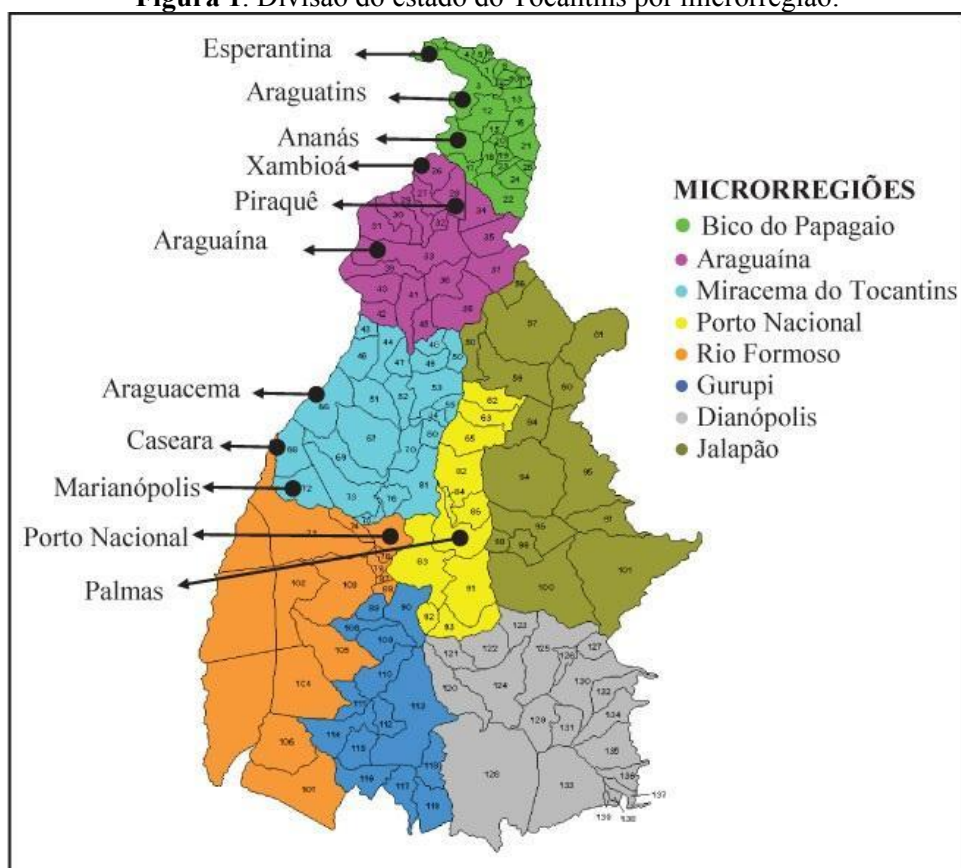




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

A cidade de Paraíso do Tocantins, sede da unidade educacional ofertante do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, está localizada na região Norte do Tocantins, figura-se na Microrregião de Rio Formoso que contempla 13 municípios. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) a área territorial total do município é de 1.292 km² e a população estimada em 2021 é de 52.521 habitantes.

Figura 1. Divisão do estado do Tocantins por microrregião:



Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822011000100015

O *Campus* Paraíso do Tocantins do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional

● Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

de Paraíso – CEP, em 05 de novembro de 2007, resultante da Fase I do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Localizada no Parque Industrial de Paraíso do Tocantins à 70 Km da capital Palmas, nasce com o objetivo de atender as reivindicações do setor produtivo e da sociedade local, considerando a carência de cursos superiores na região, passando a atender 14 cidades circunvizinhas.

Para a escolha dos cursos do *Campus* Paraíso do Tocantins observou-se as possibilidades empregatícias dos profissionais na região, bem como nas demais regiões do Estado; considerando a demanda existente no mercado de trabalho, conforme destaca a ocupação econômica das regiões administrativas. Atualmente o *campus* oferta os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Meio Ambiente, Agroindústria e Informática, Superior de licenciatura em Matemática e Química, Bacharelado em Administração e Sistema de Informação, Tecnólogo em Alimentos e Gestão da Tecnologia da Informação.

A seguir, nos Quadros 1 e 2, são apresentadas a identificação da unidade ofertante e a identificação e especificações do curso:

Quadro 1: Identificação da unidade ofertante

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE OFERTANTE					
Nome:	Campus Paraíso do Tocantins do IFTO				
CNPJ:	10.742.006/0004-30				
End.:	Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480				
Cidade:	Paraíso do Tocantins	UF:	TO	CEP:	77600-000
Fone:	(63) 3361-0300				
E-mail:	paraíso@ifto.edu.br				
Portal:	portal.ifto.edu.br/paraíso				

Quadro 2: Identificação do curso

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Nome do Curso:	Tecnólogo em Segurança Pública
Nível de Ensino:	Educação Superior



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Tipo de Curso: Graduação
Tipo de Oferta: Curso Superior de Tecnologia – CST
Modalidade de Ensino: Educação Profissional e Tecnológica
Habilitação/Titulação: Tecnólogo(a)
Eixo Tecnológico: Segurança
Natureza da Oferta: Parceria entre Órgãos do Governo
Organização do Tempo Escolar/Acadêmico: Trimestral
Periodicidade de Ingresso: Por Demanda
Regime de matrículas: Por Disciplinas
Modalidade de Ensino/oferta: a Distância
Turno da oferta: Integral
Carga Horária Total do Curso (hora/relógio): 1.600 horas – 1.600 aulas
Percentual de Carga Horária Presencial e a Distância (%): 70% à Distância e 30% Presencial
Tempo de Aula (minutos): 60 minutos
Duração Mínima e Máxima do Curso (semestres): Mínimo: 12 meses, Máximo 18 meses
Vagas ofertadas: 1.000** vagas
Municípios onde o Curso Será Ofertado: Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Guaraí, Tocantinópolis, Arraias e Miracema.

**Curso de oferta exclusiva para profissionais da carreira de segurança pública, objeto do Acordo de Cooperação Técnica Ente Público 39/2021, publicado na seção 3 do Diário Oficial da União - DOU Nº 161, de 25 de agosto de 2021 (documento SEI n.º 1374425).





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

1. DA CONCEPÇÃO DO CURSO

1.1 JUSTIFICATIVA

Este projeto tem por finalidade cumprir os termos da cooperação mútua entre o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), conforme consta no Acordo de Cooperação Técnica n.º 39/2021/REI/IFTO (documento SEI IFTO n.º 1374425).

A necessidade da oferta de um curso tecnológico em Segurança Pública, apontada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), baseia-se no fato da fragmentação das ofertas dos cursos de formação das carreiras de segurança pública, existentes no Brasil.

Na tentativa de uniformizar a formação para esses profissionais, o órgão disponibilizou o que chama de uma Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, como forma de oferecer um referencial para a formação por meio diretrizes pedagógicas e uma malha curricular padronizada. Contudo, a SENASP, ao avaliar os dados da Pesquisa Perfil, realizada no ano de 2015 publicada em 2016, detectou que ainda existem 225.081 profissionais de segurança pública que não possuem curso superior. Esse número indica que mais de 48% do efetivo da Segurança Pública carece de um incentivo para melhorar sua formação profissional, o que refletiria em sua prestação de serviço.

A realidade apresentada despertou na SENASP, a obrigação de equalizar o nível de escolaridade desses profissionais, facilitando por intermédio do incentivo da oferta de Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, em parceria com Instituições Federais de Educação Tecnológica para oferta de Ensino Superior, composto por conteúdos que fortaleçam os laços institucionais e a relação com a sociedade, pautados na ética, na cultura da paz, no respeito às leis e nos direitos humanos, conforme exposto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC/2016).





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Não se pode deixar de mencionar as boas práticas realizadas pelas diversas corporações, quando qualificam o curso de formação profissional em curso de graduação ou equivalente – suprimindo assim uma lacuna premente das instituições de segurança pública, ou ainda, quando exigem o nível superior para o ingresso nas carreiras. Contudo, ainda permanecem carentes de capacitação os operadores que adentraram para as carreiras de segurança pública antes de tais práticas.

O ensino na área de segurança pública tem passado por um processo salutar de mudança, e o curso de Tecnólogo em Segurança Pública é um exemplo das profundas mudanças que as áreas de segurança pública e defesa social têm atravessado nos últimos anos.

Assim, além do convênio supramencionado, pode-se incluir também como justificativa a demanda represada para a formação inicial de milhares de agentes públicos da segurança pública que trabalham em prol do cidadão. A presente proposta está balizada nos termos da cooperação técnica firmada entre o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), a Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) e pretende promover a formação de policiais.

Este curso visa contribuir para formação superior de profissionais na atividade de policial militar. É exigido do agente de segurança pública conhecimento e saberes nas diversas áreas, e que atuem em suas missões demonstrando capacidade, habilidades e competências, dos procedimentos em área como do Direito, Administração, Sociologia, Psicologia, Ética e Cidadania, além dos saberes técnicos específicos como o de Uso Progressivo e Legal da Força.

Com base no exposto, o projeto visa adequação metodológica de toda a malha curricular, com um Plano de Desenvolvimento Institucional voltado à melhoria do corpo docente através de convênios com Instituições de Ensino Superior Civil, para cooperação de corpo docente especializado e uso de laboratórios, para oferta da contrapartida ao policial que passa por uma formação acadêmica rigorosa e não lhe é conferido diploma algum, certificando todo seu aprendizado.

Neste sentido, a gestão do curso ficará a cargo do IFTO sob o acompanhamento da





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Polícia Militar. Logo, os custos referentes ao desenvolvimento do curso são de responsabilidade dos demandantes conforme regras próprias institucionais. Desse modo, se comprometem em seguir as regras pedagógicas que regem os cursos do IFTO.

Em relação ao número de vagas ofertadas, no total de 1.000 (mil) vagas, são destinadas aos alunos da Polícia Militar que ingressarão na corporação em 2022 e que foram selecionados por meio de concurso público para provimento de vagas, regido pelos seguintes editais: Edital n.º 1 – PMTO – CFPE, de 23 de dezembro de 2020 – Concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças Especialistas (CFPE) do Quadro de Praças Especialistas (QPE); Edital n.º 1 – PMTO – CFP/QPS, de 23 de dezembro de 2020 – Concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) do Quadro de Praças de Saúde (QPS) e Edital n.º 1 – PMTO – CFP/QPS, de 23 de dezembro de 2020 – Concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM). No quadro abaixo temos a distribuição das vagas por municípios:

Quadro 3: Número de vagas por município

MUNICÍPIO	INSTALAÇÕES DA PM	ENDEREÇO E CONTATO	VAGAS
Araguaína	2º Batalhão de Polícia Militar	Av. Filadélfia, 3860, St. Oeste, Araguaína-TO, 77813-905 cfp2022.2bpm@gmail.com – (63) 3414-1268 / 3039	120
Araguatins	9º Batalhão de Polícia Militar	Av. Araguaia, 1561, Araguatins-TO, 77950-000 cfp2022.9bpm@gmail.com – (63) 3474-1109	40
Arraias	1ª Companhia Independente de Polícia Militar	Av. Dr. João de Abreu, 917, Arraias-TO, 77330-000 cfp2022.1cipm@gmail.com – (63) 3653-1132	80
Colinas do Tocantins	3ª Companhia Independente de Polícia Militar	Av. Pedro Ludovico Teixeira, 2460, Novo Planalto, Colinas do Tocantins-TO, 77760-000 cfp2022.3cipm@gmail.com – (63) 3476-4756 / 1447	50
Dianópolis	2ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua 10, Quadra 31, Lote 01, Setor Nova Cidade, Dianópolis-TO, 77300-000 cfp2022.2cipm@gmail.com – (63) 3692-1997	40
Gurupi	4º Batalhão de Polícia	Av. Goiás Q Pm, 3320, Setor Central, Gurupi-TO, 77410-	160





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	Militar	010 cfp2022.4bpm@gmail.com – (63) 3314-1009 / 1414	
Guaraí	7º Batalhão de Polícia Militar	R. W 3, 2-64, Setor Aeroporto, Guaraí-TO, 77700-000 cfp2022.7bpm@gmail.com – (63) 3464-1122	40
Miracema do Tocantins	6ª Companhia Independente de Polícia Militar	Tv. Pedro Teixeira, S/N, Centro, Miracema do Tocantins-TO, 77650-000 cfp2022.6cipm@gmail.com – (63) 3366-1133 / 2920	50
Palmas	Academia Policial Militar Tiradentes – APMT	ARNO 73 (607 Norte), Av. NS 05, Alameda 28, APE Nº 2 e 3, Palmas-TO, 77001-734 apmt.to@gmail.com – cfp2022.1bpm@gmail.com – (63) 3218-4700 / 2780 / 4735	120
	1º Batalhão de Polícia Militar	ARSO 31 (303 Sul), Av. NS 05 com LO 76, Palmas-TO, 77176-040) ascom1bpm@gmail.com – (63) 3218-2746 / 3218-2748	80
Paraíso do Tocantins	8º Batalhão de Polícia Militar	R. Graça Aranha, 932, Setor Serrano, Paraíso do Tocantins-TO, 776000-000 cfp2022.8bpm@gmail.com – (63) 3602-2510 / 5361	50
Pedro Afonso	3º Batalhão de Polícia Militar	R. Constâncio Gomes, 128, Pedro Afonso-TO, 77710-000 cfp2022.3bpm@gmail.com – (63) 3466-2188	50
Porto Nacional	5º Batalhão de Polícia Militar	Av. das Nações Unidas, 1, Beira Rio, Porto Nacional-TO, 77500-000 cfp2022.5bpm@gmail.com – (63) 3363-1820 / 5539	80
Tocantinópolis	5ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rua Tocantins, 285, Setor Aeroporto, Tocantinópolis-TO, 77900-000 cfp2022.5cipm@gmail.com – (63) 3471-1423	40

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Formar profissionais do quadro efetivo da Polícia Militar do Estado do Tocantins como tecnólogos em Segurança Pública, capazes de compreender o exercício da atividade de segurança pública como prática da cidadania, de participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à Lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância, com foco na paz social.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- Reconhecer as características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais;
- Compreender as formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade;
- Atuar a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança;
- Desenvolver um profissional de segurança pública planejador e articulador, capaz de responder às novas exigências do campo da defesa social a partir de uma base sólida de conhecimentos e saberes historicamente construído;
- Integrar a formação teórica e prática ao longo do curso, enfatizando as atividades de pesquisa, ensino e extensão como eixos articuladores do processo de produção de conhecimento na área de segurança pública;
- Desenvolver competências conceituais, atitudinais e procedimentais para atuação em atividades de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública;
- Estimular o processo de educação continuada para acompanhar as mudanças nas técnicas policiais militares e em todo o contexto da segurança pública;
- Promover a difusão dos valores relacionados à cidadania e aos direitos humanos;
- Absorver, respeitar e promover entre seus pares os valores cívico-militares próprios da vida policial militar enquanto representação material do Estado e da cultura militar, desenvolvendo a aptidão para trilhar a carreira militar;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

1.3 REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública ocorrerá mediante aprovação em concurso público para provimento de vagas, regidos pelos editais: Edital Nº 1 – PMTO – CFPE, de 23 de dezembro de 2020 - Concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças Especialistas (CFPE) do quadro de praças especialistas (QPE); Edital Nº 1– PMTO – CFP/QPS; de 23 de dezembro de 2020 - Concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) do quadro de praças de saúde (QPS); Edital Nº 1– PMTO – CFP/QPS, de 23 de dezembro de 2020 - Concurso público para o ingresso no Curso de Formação de Praças (CFP) do quadro de praças policiais militares (QPPM), conforme termo de parceria firmado entre as instituições envolvidas na presente demanda.

Os ingressantes deverão apresentar para matrícula o diploma de conclusão do ensino médio, além de outros documentos. Os procedimentos para a matrícula encontram-se previstos no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, em vigência.

1.4 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Considerando que o resultado final, apresentado na média final das disciplinas, é utilizado como referência para progressões na carreira militar, não haverá aproveitamento de disciplinas cursadas e cumpridas em outros cursos de graduação autorizados e/ou reconhecidos.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

1.5 PERFIL DE EGRESSO

O perfil do egresso do Curso Superior de Tecnologia Segurança Pública do *Campus* Paraíso do Tocantins do IFTO atende ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (BRASIL, 2016). Sendo assim, o egresso deverá ser capaz de planejar, formular, implantar, gerenciar e supervisionar ações preventivas no âmbito segurança pública. Orientar e intervir em situações de manutenção da ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. Vistoriar, realizar perícia, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação.

Portanto, receberá uma formação abrangente, que aborda não somente os aspectos gerais relacionados à base humanística, com capacidade de desenvolver ações de solidariedade e diálogos com profissionais de diferentes áreas, além de ser capaz de participar, com responsabilidade e competência, do processo de desenvolvimento loco-regional condizente com a realidade do Estado do Tocantins, em harmonia com os programas e atividades de segurança que a Polícia Militar se comprometer a realizar.

A busca pela qualidade e excelência na formação deverá ser comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e de desenvolvimento científico e tecnológico, com ampla e sólida base teórica e com capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários às complexas condições de exercício profissional, sendo capaz de promover melhoria na segurança pública e a consequente valorização dos ideais humanos aliados ao perfil profissiográfico do profissional policial.

Nessa perspectiva, estará apto a desenvolver múltiplas competências necessárias à problematização da realidade da segurança, em cujos aspectos deverão intervir de forma crítica, reflexiva e técnica. Pretende-se assegurar ao profissional capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valoração dos fenômenos jurídico-sociais, equacionando os problemas e buscando soluções em harmonia com as exigências sociais.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Assim, os profissionais conterão as seguintes competências e habilidades profissionais tecnológicas e humanísticas:

Competências Gerais:

- Estabelecer a comunicação verbal e não-verbal por meio de habilidades da escrita e leitura; o domínio de tecnologias de comunicação e informação;
- Capacidade de reconhecer e definir problemas, equacionando soluções, pensando estrategicamente, no sentido de propor modificações no processo de trabalho;
- Capacidade para lidar com mudanças contínuas e flexibilidade para adaptar-se a situações inesperadas;
- Capacidade de solucionar conflitos.

Competências Específicas:

- Capacidade para a tomada de decisões visando o uso apropriado, eficaz e efetivo da sua força de trabalho, dos equipamentos, dos procedimentos das práticas e técnicas a fim de decidir as condutas mais adequadas baseadas em evidências;
- Deverá ser capaz de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Aprender a aprender e a ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os profissionais;
- Capacidade de exercer a liderança, na ausência de superior hierárquico, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento situacional;
- Capacidade para diferenciar e interagir de forma proba para com os públicos interno (militar) e externo (sociedade civil), adequando seu comportamento e postura de acordo com as regras e limitações impostas, levando em consideração os pilares básicos das Corporações Militares: Hierarquia e Disciplina, bem como as convenções do contexto social no qual





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

estiver inserido.

Competências Humanísticas:

- Trabalhar em equipe, favorecendo as trocas de aprendizagem e colaborando com os objetivos da instituição;
- Exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem-estar dos cidadãos;
- Atuar com justiça e ética profissional com responsabilidade social, priorizando a honestidade e a verdade na interação com a comunidade;
- Estabelecer processos de comunicação interpessoal acessíveis mantendo a confidencialidade das informações a eles confiadas e na interação com outros profissionais e o público em geral, promover uma interação saudável fazendo-se compreender;
- Valorizar os diferentes padrões e produções culturais existentes na sociedade contemporânea, compreendendo a dinâmica cultural, demonstrando ética e consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais e escolhas sexuais, entre outras.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

2 DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.1 CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

A organização curricular do curso está respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96; atende ao Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017; à Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021; ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia de 2016; à Resolução CONSUP/IFTO nº 46, de 6 de maio de 2021; bem como às demais legislações e normas especificadas no item base legal deste projeto.

A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, em seu Capítulo II, estabelece os seguintes princípios a serem observados na Educação Profissional e Tecnológica:

I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;

II - respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

V - estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

impacto social;

VI - a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino-aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;

VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino-aprendizagem;

X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII - observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;

XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;

XV - autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

XVI - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

XVIII - fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

XIX - promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

A interdisciplinaridade será reforçada por meio de seminários, palestras, mesas redondas, workshops e outras formas de organização da aprendizagem. Tais instrumentos e estratégias de ensino poderão estar vinculados à determinada unidade curricular ou formatados em projetos e percursos interdisciplinares.

O trabalho em equipe, iniciativa, criatividade e sociabilidade dos estudantes serão trabalhados em todos os conteúdos programáticos dos componentes curriculares.

Serão abordadas e desenvolvidas, em atividades de ensino, pesquisa ou extensão, temáticas relacionadas à cultura/sociedade, Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Educação Indígena, Educação





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Ambiental, Direitos Humanos, Saúde, Tecnologias e Produção, Normas de Segurança e Ética. Maiores informações sobre essas temáticas são expostas no item metodologia deste PPC.

A estrutura curricular estabelecida busca assegurar o conhecimento da profissão, visando também conhecimentos complementares que possibilitam preparo para lidar com os desafios da vida em sociedade, além de permitir articulação do ensino com atividades de pesquisa e extensão.

A Organização do Tempo Escolar/Acadêmico se dará por meio da oferta das disciplinas divididas em trimestres, sendo a promoção por cumprimento de cada disciplina/componente curricular. Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, o campo de atuação do profissional Tecnólogo em Segurança Pública poderá ocorrer em instituições públicas da área de segurança pública, institutos e centros de pesquisa, e instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os perfis profissiográficos e atribuições dos Cabos e Soldados da Polícia Militar são assim descritos:

“Realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e policiamento reservado. Restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial”
(BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2010).

A possibilidade de prosseguimento de estudos na Pós-graduação poderá dar-se de forma interdisciplinar na área de ciências sociais e humanidades, além de outras.

2.2 GRADE CURRICULAR

A seleção dos componentes curriculares visa prover ao estudante o desenvolvimento





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para incentivar a produção de bens e serviços e gestão estratégica de processos; a produção e a inovação científica e tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; propiciar o prosseguimento de estudos; a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização; e o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

Os componentes curriculares serão organizados e ofertados em trimestres. Para a integralização do curso, o prazo mínimo são 12 meses e máximo de 18 meses. O curso terá 70% ofertados de forma à distância e 30% de sua carga horária total será ofertada na modalidade presencial, observando o disposto na legislação vigente.

O prazo mencionado no parágrafo anterior pauta-se no PARECER CNE/CES nº: 296/2016, autorizado mas não homologado; pauta-se também no Parecer CNE/CES nº 8, de 31 de janeiro de 2007 e na RESOLUÇÃO nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Essa resolução considera uma média de 800 horas por ano letivo para os cursos de bacharelados. Por exemplo, um curso de 2.400 horas teria duração de 3 anos. A mesma resolução, em seu artigo 2º inciso IV, traz que a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Assim, mesmo não sendo o presente curso um bacharelado, compreende-se que, na ausência de parecer que determine a duração em anos dos cursos tecnológicos, pode-se aplicar a mesma lógica. Dessa forma, depreendemos que em um curso de 1.600 horas, ofertado em apenas um turno, terá duração mínima de 2 anos letivos, já em um curso ofertado de forma integral (manhã e tarde) como é o caso do presente curso, a duração mínima poderá ser de um ano letivo, respeitando-se os 200 dias letivos, conforme calendário acadêmico do curso. Além disso, os alunos ingressos estarão vinculados às corporações parceiras como funcionários públicos e este curso também fará parte da formação inicial de soldados da Polícia Militar. Os alunos, como sendo funcionários públicos vinculados às corporações





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

parceiras, deverão cumprir sua jornada de trabalho, durante a formação inicial, no curso e, para isso, também receberão os vencimentos que fazem jus ao cargo em que serão empossados, de acordo com a legislação vigente.

O turno do curso será integral, sendo que as aulas ocorrerão de segunda a sexta-feira, nos períodos matutino e vespertino; contudo, poderão ocorrer aulas aos sábados, e quando houver será contado como dia letivo conforme calendário acadêmico. O horário das aulas será, no matutino, das 08h00 às 12h00 e, no vespertino, das 14h00 às 18h00.

Por meio da coluna Carga Horária (CH) Prática Profissional Supervisionada, pode-se observar que há disciplinas que possuem parte de sua carga horária visando especificamente ao atendimento ao Art. 33 da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

Na coluna Carga Horária (CH) Presencial, são demonstradas disciplinas que possuem parte de sua carga horária destinada a aulas de laboratório, visitas técnicas, práticas introdutórias a atividades profissionais ou outras atividades necessárias, conforme será especificado no plano do professor.

Na coluna Carga Horária (CH) a Distância, são demonstradas disciplinas que possuem carga horária a ser ministrada via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O item Metodologia, deste PPC traz informações de como ocorrerão essas disciplinas.

Nas colunas de aulas são especificadas a quantidade de aulas de cada disciplina do bloco, sendo que a duração da aula é de 60 minutos.

Nos quadros seguintes são definidos os componentes curriculares obrigatórios da Grade Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do *Campus Paraíso do Tocantins* do IFTO, cuja oferta será de forma sequencial, de acordo com a ordem em que eles aparecem nos quadros a seguir.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

O Curso está estruturado em três módulos:

Quadro 4: Grade Curricular: disciplinas obrigatórias – 1.º Módulo

1.º MÓDULO								
Cód. SIG A	Disciplina	Aulas (60 min)	CH Presencial		CH à Distância		CH Total da Disciplina	Pré-requisitos
			Teórica (hora 60-min)	Prática Profissional (hora 60- min)	Teórica (hora 60-min)	Prática Profissional Supervisionada (hora 60-min)		
	ORDEM UNIDA I	36	-	30	06	-	36	-
	ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E TIRO	80	-	70	10	-	80	-
	LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E ÉTICA PROFISSIONAL	56	-	-	56	-	56	-
	DIREITO PENAL	44	-	-	44	-	44	-
	DIREITO PENAL MILITAR	44	-	-	44	-	44	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA I	32	-	30	02	-	32	-
	CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	56	-	-	56	-	56	-
	POLICIAMENTO GERAL	16	-	14	02	-	16	-
	ABORDAGENS POLICIAIS	16	-	14	02	-	16	-
	SITUAÇÕES DE CRISE	16	-	14	02	-	16	-
	CONTENÇÃO E IMOBILIZAÇÃO	16	-	14	02	-	16	-
	USO SELETIVO DA FORÇA	32	-	28	04	-	32	-
	OCORRÊNCIAS POLICIAIS	32	-	28	04	-	32	-
	POLÍCIA COMUNITÁRIA	60	-	-	60	-	60	-
Totais do 1.º Módulo		536	-	242	294	-	536	-





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Quadro 5: Grade Curricular: disciplinas obrigatórias – 2º módulo

2.º MÓDULO								
Cód. SIG A	Disciplina	Aulas (60 min)	CH Presencial		CH à Distância		CH Total da Disciplina	Pré-requisitos
			Teórica (hora 60-min)	Prática Profissional (hora 60- min)	Teórica (hora 60-min)	Prática Profissional Supervisionada (hora 60-min)		
	CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	56	-	-	56	-	56	-
	ORDEM UNIDA II	40	-	35	05	-	40	-
	NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO	32	-	-	32	-	32	-
	NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	32	-	-	32	-	32	-
	NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO	32	-	-	32	-	32	-
	NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO	32	-	-	32	-	32	-
	CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS	32	-	28	04	-	32	-
	VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E PREVENÇÃO	40	-	-	40	-	40	-
	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO APLICADA	40	-	20	20	-	40	-
	DEFESA PESSOAL APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA	44	-	30	14	-	44	-
	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	60	-	-	60	-	60	-
	ELETIVA I	60	-	40	20	-	60	-
	ELETIVA II	28	-	-	28	-	28	-





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Totais do 2.º Módulo	528	-	153	375	-	528	-
-----------------------------	------------	----------	------------	------------	----------	------------	----------

Quadro 6: Grade Curricular: disciplinas obrigatórias – 3º módulo

3.º MÓDULO								
Cód. SIG A	Disciplina	Aulas (60 min)	CH Presencial		CH à Distância		CH Total da Disciplina	Pré-requisitos
			Teórica (hora 60-min)	Prática Profissional (hora 60- min)	Teórica (hora 60-min)	Prática Profissional Supervisionada (hora 60-min)		
	SAÚDE MENTAL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	60	-	-	60	-	60	-
	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL BÁSICO	60	-	-	60	-	60	-
	METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	60	-	-	60	-	60	-
	LIBRAS	60	-	-	60	-	60	-
	INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	48	-	14	34	-	48	-
	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	48	-	28	20	-	48	-
	POLICIAMENTO AMBIENTAL	20	-	15	05	-	20	-
	EDUCAÇÃO FÍSICA II	32	-	28	04	-	32	-
	ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	60	-	-	60	-	60	-
	NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	32	-	-	32	-	32	-
	FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMANOS APLICADA À ATUAÇÃO POLICIAL	56	-	-	56	-	56	-
Totais do 3.º Módulo		536	-	85	451	-	536	-





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Quadro 7: Lista de disciplinas eletivas

ELETIVAS			
Cód. SIGA	Disciplina		CH
	ELETIVA I	ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE MILITAR	60
		PATRULHAMENTO E ABORDAGEM POLICIAL	60
		ATRIBUIÇÕES DO MÚSICO NA PMTO	60
	ELETIVA II	NORMAS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE NA POLÍCIA MILITAR	28
		PRINCÍPIOS DO ATENDIMENTO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	28
	PROJETOS COMUNITÁRIOS MUSICAIS		28

Quadro 8: Carga horária total do curso

COMPOSIÇÃO DO CURSO					
Módulos	Totais em aulas 60 min.	CH Presencial		CH à Distância	
		Teórica (hora 60-min.)	Prática Profissional (hora 60-min.)	Teórica (hora 60-min.)	Prática Profissional Supervisionada (hora 60-min.)
1.º Módulo	536	00	242	294	00
2.º Módulo	528	00	153	375	00
3.º Módulo	536	00	85	451	00
Total da CH do Curso		480		1120	
Percentual da CH Total do Curso		30%		70%	

2.3 METODOLOGIA

Serão utilizados diferentes métodos no processo de ensino, objetivando proporcionar aprendizagem participativa.

As metodologias de ensino utilizadas no curso visam valorizar:

- os conhecimentos e habilidades prévias dos estudantes;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

- a realidade dos estudantes referentes ao pertencimento social e cultural;
- o trabalho coletivo entre equipe pedagógica, docentes e discentes;
- a adequação dos currículos conforme a realidade local;
- o diálogo entre instituição e comunidade;
- a utilização de metodologias ativas de aprendizagem;
- a interpretação e discussão de conteúdos, conduzindo à aprendizagem significativa;
- a utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- a investigação científica, visando ao desenvolvimento de espírito científico, à formação de sujeitos autônomos e cidadãos e ao avanço da ciência e da tecnologia;
- a capacidade individual de aprendizagem de cada estudante;
- a diversificação de estratégias pedagógicas.

Dentro dessa perspectiva, no Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, serão estimulados:

- desenvolvimento de projetos capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo módulo do curso;
- atividades interdisciplinares e contextualizadas, comprometidas com o desenvolvimento do espírito científico;
- apresentação de vídeos técnicos;
- trabalhos em equipe e de pesquisa, visando a apresentação de seminários;
- relatórios de ensaios e atividades desenvolvidas em aula ou atividade extraclasse;
- execução e apresentação de projetos para desenvolver trabalhos de iniciação científica e tecnológica;
- discussões em grupo mediante a apresentação de um problema, buscando-se a solução;
- estudos de caso;
- sala de aula invertida;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

- utilização de práticas, ações e recursos exitosos e inovadores.

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do *Campus Paraíso* do Tocantins do IFTO, a postura do professor se evidenciará como incentivadora e orientadora, garantindo situações que estimulem a participação ativa do estudante no ato de aprender, orientando-o para que possa construir seu próprio conhecimento. Além das aulas expositivas serão incentivados o uso de laboratórios e as atividades práticas.

No processo de interação professor/estudante o diálogo é fundamental. A partir de uma questão problematizadora, o professor expõe o que sabe, procurando relacionar com os conhecimentos prévios e empíricos dos estudantes, na busca por resolução da situação-problema que desencadeou a discussão. São apresentadas aos estudantes propostas de atividades desafiadoras que acionam seus esquemas cognitivos. As situações adversas proporcionarão aos estudantes, de forma individual ou em equipe, observar, descrever, relatar, dialogar, debater, ler, escrever, comparar, identificar, diferenciar, analisar, sintetizar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor, comparar hipóteses, desenvolver projetos e produtos.

Os professores do curso serão incentivados a usar diversos métodos no desenvolvimento dos componentes curriculares, especialmente os que envolvem metodologias ativas, observando sempre as vantagens e as limitações de cada um. O uso dessas metodologias visa contribuir para que os estudantes desenvolvam autonomia, expandindo as suas potencialidades. No plano de ensino de cada professor, constarão informações sobre metodologias/atividades que serão desenvolvidas.

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, do *Campus Paraíso* do IFTO, o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são primordiais e serão utilizados para o apoio ao ensino-aprendizagem. Esses recursos tecnológicos favorecem o ensino e tornam as aulas atrativas, proporcionando aos estudantes possibilidade de estudos e interação.

Quanto às temáticas étnico-raciais, ambiental e direitos humanos, estão contempladas em ementas e em competências de várias disciplinas, conforme segue:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 1 de 17/06/2004) está presente como conteúdo na disciplina Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial.

Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27/04/1999 e Decreto nº 4.281 de 25/02/2002) será trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas Policiamento Ambiental, Direito Penal, Condução de Veículos de Emergência. Serão incentivadas atividades complementares do curso sobre essa temática, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, pois esse tema se constitui em um dos princípios para formação do tecnólogo.

Educação em Direitos Humanos (Parecer CNE/CP nº 8, de 6/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1 de 30/05/2012), está presente como conteúdo nas disciplinas Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial; Atuação Policial frente aos Grupos Vulneráveis; Noções de Direito Constitucional Aplicado. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.

Quanto à disciplina Fundamentos de Libras, será ofertada, em conformidade com o Art. 3º §2º do Decreto nº 5.626/2005. As habilidades, as competências esperadas dos estudantes ao cursarem a disciplina, bem como os conteúdos estão de acordo com a legislação e encontram-se descritos no Apêndice A.

Ressalta-se a possibilidade de oferta de disciplinas isoladas, fora da periodização sequencial do curso, a fim de atender possíveis interrupções na oferta da grade, a exemplo de cursos de verão e outros dispositivos legais que atendam à ODP-IFTO e às Diretrizes Curriculares Nacionais.

A equipe pedagógica do *campus* acompanhará os docentes na elaboração, execução e avaliação dos planos de ensino para que estejam em consonância com o PPC e com as normas internas do IFTO.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

As unidades curriculares serão trabalhadas considerando os conhecimentos e a realidade dos/as estudantes, buscando-se a interdisciplinaridade, o pensamento crítico para a resolução de problemas, a criatividade e a inovação, articulados a um itinerário de formação flexível e personalizada. Além disso, a oferta dessas unidades será feita em formato modular sequencial, onde uma unidade será ofertada após a oferta de outra, obedecendo a ordem em que elas aparecem nos quadros 4, 5 e 6.

A participação dos/as estudantes em atividades internas e externas ao *campus*, como atividades de pesquisa e inovação, extensão, eventos acadêmicos, culturais, esportivos e sociais, será incentivada e oportunizada conforme as condições logísticas e orçamentárias do *campus*. Estudantes serão incentivados a participarem de editais de fomento à iniciação científica.

2.3.1 Disciplinas eletivas

As disciplinas eletivas são de cumprimento obrigatório. Possibilitam aos estudantes aprofundar sua formação mais específica ao profissional da Polícia Militar.

A instituição elegerá, dentre a lista de eletivas apresentada, qual disciplina irá cursar nos módulos específicos conforme a formação, conforme o quantitativo de eletivas exigido nos períodos.

Os procedimentos da oferta e demais disposições sobre disciplinas eletivas seguem o estabelecido no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, vigente.

2.3.2 Disciplina optativa

Não se aplica.

2.3.3 Prática profissional supervisionada

No Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do *Campus Paraíso do Tocantins* do IFTO, constam atividades práticas profissionais supervisionadas desde o





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

primeiro módulo, sendo desenvolvidas em diversos ambientes de aprendizagem, de forma que os estudantes possam relacionar fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos com a prática profissional.

Assim, foi destinada parte da carga horária de várias disciplinas para que os estudantes, por meio de experiências práticas, se preparem para enfrentar o desafio da aprendizagem permanente. Essas práticas serão desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas e à resolução de situações-problema características do cotidiano profissional, com encaminhamento para solução de problemas identificados. A carga horária prática poderá ser enriquecida com tecnologia de informação, narrativas orais e escrita de professores, produções dos estudantes, situações simuladoras e estudo de casos, entre outros.

Essas práticas, visando atender à Resolução CNE/CP nº 1/ 2021, são orientadas pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, possibilitando ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente. Serão desenvolvidas com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira.

Os professores e tutores das disciplinas que envolvem carga horária de prática profissional supervisionada serão responsáveis por supervisionar todo o desenvolvimento dessas atividades e manter as evidências de seu cumprimento, compartilhadas com a coordenação do curso. Especificarão em seu Plano de Ensino e registrarão no Plano de Aula, quais atividades estão sendo desenvolvidas, incluindo todos os detalhes sobre seus objetivos, planejamento, execução e avaliação.

Conforme consta no Regulamento da Organização Didático Pedagógica do IFTO (ODP vigente), o NDE e a coordenação do curso são corresponsáveis pela execução e avaliação do projeto do curso e por conseguinte do planejamento, execução e avaliação das práticas profissionais supervisionadas.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Essas práticas também serão registradas pelos estudantes em portfólio, de forma a evidenciar a sua aprendizagem.

As atividades práticas profissionais ocorrerão nas instalações da Polícia Militar ou em ambientes específicos, que serão detalhadas no Plano de Ensino e de Aula de cada professor. As práticas profissionais serão planejadas, orientadas e dirigidas pelo professor da disciplina que será responsável por todas as turmas quanto a Plano de Ensino e de Aula, conteúdos ministrados conforme ementa, planejamentos, parte teórica via AVA, avaliações a distância (se houver), reuniões e instruções aos tutores presenciais e aos tutores a distância e outras atribuições próprias do professor. Como as aulas de práticas profissionais ocorrerão fora da sede do *campus*, em outros municípios, haverá um tutor presencial para cada disciplina que houver prática profissional. O tutor presencial fará o papel de instrutor das práticas, atuará acompanhando e instruindo a turma sob orientação do professor da disciplina. O tutor presencial terá formação na área da disciplina. Haverá reuniões periódicas virtuais entre o professor da disciplina e os tutores presenciais. As atribuições do tutor presencial serão detalhadas em item próprio do PPC.

2.3.3.1 Visitas técnicas

As visitas técnicas constituem-se em mecanismos didáticos, possibilitando a revisão dos conceitos teórico-metodológicos, bem como a expressão do diálogo produzido em sala de aula. Diante desse contexto, considerando que a visita técnica atua como ferramenta complementar de grande relevância para a formação acadêmica, o curso adotará esse recurso como método integrante para a consolidação do saber.

As visitas técnicas não são obrigatórias, mas poderão ser formuladas e estruturadas de acordo com o tema de estudo de forma coerente ao planejamento dos componentes curriculares envolvidos e se relacionando com os objetivos de ensino dos professores.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

2.3.4 Disciplinas ofertadas a distância

As disciplinas serão ofertadas na modalidade a distância, com atividades síncronas e assíncronas, por meio do ambiente virtual de aprendizagem (AVA), podendo haver carga horária presencial conforme previsto neste PPC. O professor constará de seu plano de aula os detalhes sobre essas atividades.

Conforme Resolução Consup/IFTO nº 46, de 6 maio de 2021, Art. 13, os atores envolvidos diretamente com o curso ou com o componente curricular a distância em oferta, quando solicitados, deverão participar de capacitação e de atualização específica para o desempenho da função.

Por meio das aulas no AVA Moodle, os estudantes terão acesso ao Plano de Ensino e serão orientados e incentivados pelos docentes à leitura de materiais como livros e demais materiais digitais e vídeos, bem como à participação em atividades.

A sala de aula no AVA institucional será planejada e organizada pelo professor do componente curricular, observando direitos autorais dos materiais didáticos e das atividades, bem como quanto ao uso de imagens, conforme legislação.

Como forma de interação entre estudantes e docentes serão utilizadas ferramentas como fórum de dúvidas, chat e outras disponibilizadas no Moodle, podendo haver outras ferramentas externas de interação, como e-mails ou outros, desde que sua utilização seja de uso admitido no IFTO.

Será disponibilizada também, uma sala de apoio – Ambiente de acesso às TICs – no *campus*, com equipamentos suficientes e com internet, possibilitando que estudantes sem acesso a esses itens possam acessar o AVA. Conforme já foi informado no item 2.2 deste PPC, os estudantes, por serem funcionários vinculados a uma corporação, farão o curso cumprindo 40 horas semanais divididas em dois turnos de 4 horas (matutino e vespertino). O cumprimento dessa carga horária, em sua maioria, se dará nas instalações da Polícia Militar. Dessa forma, nessas instalações também será disponibilizado, além de local com laboratórios específicos para atividades práticas, uma sala de apoio, com acesso às TIC's, contendo





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

equipamentos suficientes e internet, de forma a possibilitar que os estudantes acessem o AVA institucional para a realização das disciplinas que possuem CH a distância.

Será disponibilizado tutor a distância para cada disciplina EaD. As atividades práticas profissionais presenciais contarão com tutores presenciais. Detalhes sobre o perfil dos tutores e suas atribuições, bem como sobre o AVA e sobre o ambiente de acesso às TIC's encontram-se em locais próprios deste PPC.

As disciplinas medidas por tecnologia serão acompanhadas pelos coordenadores de turma em sala de aula.

A metodologia e forma de aplicação das atividades avaliativas das disciplinas, bem como informações sobre os demais componentes curriculares, constam em itens próprios deste PPC e no Regulamento da Organização Didático Pedagógica do IFTO (ODP vigente).

2.3.5 Disciplinas que possuem carga horária presencial

Algumas disciplinas, além das atividades no AVA, terão também atividades presenciais, atendendo a carga horária presencial prevista na grade curricular.

A carga horária presencial ocorrerá nos batalhões ou em visitas técnicas e serão orientadas e acompanhadas por tutor ou professor. Detalhes sobre as atividades presenciais serão especificadas nos planos de ensino e/ou de aula.

2.3.6 Atividades de extensão

2.3.6.1 Atividades de extensão curriculares

Não se aplica.

2.3.6.2 Atividades de extensão extracurriculares

No decorrer do curso, será possibilitado aos estudantes que desejarem, participar em outras atividades de extensão, além das que se encontram previstas na grade curricular do curso. Como exemplo dessas atividades podemos citar os editais promovidos pela





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Proex/IFTO que envolvem a extensão e também algumas das atividades possibilitadas pelo Identidade-IFTO.

A participação com projetos que concorrem a editais específicos para a extensão serão formalizadas por meio de processos institucionais já existentes, com ou sem o incentivo de bolsa, ou por meio da participação, proposição e/ou organização de atividades de extensão no formato de programa, projeto, evento, cursos, prestação de serviços e visitas técnicas.

A participação de estudantes em extensão extracurricular não é obrigatória, mas é importante para a construção crítica e investigativa no ensino superior, obedecendo, assim, ao princípio de que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis (Art. 53/ LDB – 1996).

Dessa forma, a integração deste “tripé” se dará também por meio de ações promovidas pelo IFTO.

Conforme ODP vigente, os comprovantes de participação em atividades de extensão extracurriculares poderão ser utilizados para comprovar carga horária de atividades complementares.

2.3.7 Atividade de pesquisa

A pesquisa fará parte da prática pedagógica deste curso como mecanismo de aprofundamento do ensino. Estudantes serão incentivados à pesquisa, utilizando métodos qualitativos e quantitativos de investigação científica em seus estudos. A pesquisa será incentivada enquanto recurso didático dos componentes curriculares, bem como através de associação formal do docente junto ao Núcleo Inovação Tecnológica (NIT), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), setor de pesquisa local do *campus* e grupos formalizados que têm como objetivo fomentar pesquisas para análise, discussão e a proposição de ações relacionadas ao desenvolvimento tecnológico da região.

Os projetos que envolvam pesquisa com seres humanos deverão conter na sua elaboração uma seção/item sobre seus aspectos éticos, devendo ser anexado parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), credenciado pela Comissão Nacional de Ética em





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Pesquisa (CONEP), conforme os termos da Portaria 466/96, do Conselho Nacional de Saúde.

É condição indispensável para o credenciamento das instituições com atividade de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs).

O IFTO possui CEUA e CEP composto por servidores e comunidade externa (Resolução nº 25/2015/CONSUP/IFTO e Resolução nº 06/2019/CONSUP/IFTO).

2.3.8 Monitoria

O exercício da monitoria de estudante matriculado na graduação é vinculado a uma disciplina. Visa proporcionar participação ativa aos estudantes no âmbito de uma unidade curricular, sob orientação de um docente responsável, com objetivo de contribuir para a melhoria do ensino, promover cooperação acadêmica entre estudantes e professores e fomentar a iniciação à docência.

Para selecionar monitores, o *campus* lançará editais de seleção, amplamente divulgados, com a devida regulamentação do funcionamento do programa.

A organização da monitoria seguirá regras constantes na ODP, vigente, do IFTO.

2.3.9 Atividades acompanhadas

O regime especial de Atividades Acompanhadas é um processo que envolve tanto a família quanto a instituição e possibilita ao estudante realizar atividades acadêmicas quando houver impedimento de frequência às aulas.

As Atividades Acompanhadas caracterizam-se pela execução, em condições específicas, de atividades designadas pelos professores e realizadas pelo estudante que, se cumpridas a contento, compensarão as ausências nas aulas. Essa atividade é concedida ao estudante o qual estará amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/1969 e Lei nº 6.202/1975.

O estudante no regime de Atividades Acompanhadas poderá receber orientação acadêmica fora da instituição, dentro das possibilidades do *campus*. Poderão solicitar a





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

realização de Atividades Acompanhadas os estudantes regularmente matriculados no IFTO e que atendam às condições especificadas no Regulamento da Organização Didático Pedagógica, vigente, onde também se encontra disposto sobre os processos para o requerimento.

2.3.10 Ações para evitar a retenção e evasão

O IFTO desenvolve várias estratégias e ações para diminuir a retenção e a evasão. Podemos destacar:

a) Ensino: discussão da avaliação, reforço escolar, monitoria, nivelamentos, acessibilidade metodológica e instrumental, acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, dentre outros;

b) Assistência estudantil: intervenção da equipe multiprofissional, como psicólogos, pedagogos, assistente social, enfermeiros, nutricionista, médicos, fisioterapia. Além disso, em função da aprovação em concurso público, durante o curso, o aluno fará jus ao recebimento de salário no valor de R\$ 1.665,50 e, após o curso, o aluno-soldado será promovido à graduação de Soldado 2ª classe e perceberá o valor de R\$ 3.330,99 (LEI 3731, 2020), pagos pela corporação. O curso em epígrafe habilita ao aluno-soldado às seguintes promoções: Soldado 2ª Classe, Soldado 1ª Classe, Cabo e estabilidade na carreira militar, desde que cumprido os requisitos da Lei (LEI 3731, 2020; LEI 2578, 2012; LEI 2575, 2012).

c) Atividade Extraclasse: esportes, cultura, lazer, arte, pesquisa, extensão, olimpíadas, participação em centros acadêmicos, em intercâmbios nacionais e internacionais, e em ações inovadoras.

A evasão tem, em suas causas, os mais diversos fatores (internos, externos e individuais). Na pandemia Covid-19, buscando minimizar o impacto do cenário de isolamento social, entre outras variáveis que interferem no engajamento dos estudantes com o ensino, os campi da instituição desenvolveram seus Planos Emergenciais de Permanência e Êxito, disponíveis em:





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

<<[<http://www.ifto.edu.br/noticias/ifto-elabora-elabora-planos-emergenciais-de-permanencia-e-exito#:~:text=Com%20a%20retomada%20das%20aulas,do%20cen%C3%A1rio%20atual%20de%20isolamento>>](http://www.ifto.edu.br/noticias/ifto-elabora-elabora-planos-emergenciais-de-permanencia-e-exito#:~:text=Com%20a%20retomada%20das%20aulas,do%20cen%C3%A1rio%20atual%20de%20isolamento)>>.

Como forma de evitar a evasão escolar, haverá, por parte da coordenação do curso e por parte do colegiado de curso, um acompanhamento constante do corpo estudantil visando identificar causas da evasão escolar com o objetivo de evitá-la. Essa ação é realizada por meio do acompanhamento da frequência dos estudantes com regularidade, tendo como instrumento o sistema acadêmico. Em casos da ocorrência da desistência de estudantes, será realizado contato pessoal, telefônico ou via e-mail para identificar os motivos reais que os levaram a desistir, de forma a tentar corrigir os problemas que ocasionaram a desistência e o abandono do curso antes de sua conclusão.

A fim de viabilizar a permanência do estudante no curso, a Instituição garante a assistência aos estudantes carentes de acordo com os programas governamentais de assistência ao educando. Para mitigar a retenção escolar os estudantes contarão com o auxílio de monitores para os componentes curriculares, bem como, de forma institucionalizada, com o atendimento ao estudante por parte dos professores do curso, os quais possuem carga horária de trabalho alocado para esse fim, conforme Regulamento dos Regimes de Trabalho Docente do IFTO.

A Coordenação de Curso e o Colegiado de Curso, em suas reuniões ordinárias, tratarão dos problemas propondo soluções e acompanhando o andamento das turmas de maneira a evitar ao máximo a retenção e a evasão no curso.

2.3.11 Acessibilidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins é uma Instituição de Ensino socialmente responsável buscando continuamente o atendimento à acessibilidade em todas as suas acepções.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Em atendimento às dimensões de ações inclusivas estabelecidas pelo INEP/MEC, destacam-se a acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica/metodológica, comunicacional, digital e instrumental no desenvolvimento do curso, as quais representam um diferencial no itinerário formativo, a saber:

- **Acessibilidade Arquitetônica (física):** eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos. Nesse quesito o *Campus Paraíso do Tocantins*, oferece aos estudantes rampas, piso tátil, banheiros adaptados, vaga reservada em estacionamento, etc. Isso também é ofertado em todos os campi do IFTO e batalhões da Polícia Militar onde as aulas/atividades presenciais irão ocorrer.
- **Acessibilidade Atitudinal:** refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. As acessibilidades atitudinais serão garantidas também por meio de conscientização entre estudantes, docentes e demais servidores do *campus* envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Acessibilidade Pedagógica/Metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) etc. Está relacionada diretamente a duas questões: **a)** à atuação docente – a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e **b)** com conteúdos curriculares, previstos no PPC que possibilitam ao estudante o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso. Os docentes e demais servidores do *campus* serão incentivados a buscar a inclusão, garantindo o atendimento à acessibilidade pedagógica/metodológica em suas atividades, de forma a buscar estratégias de aprendizagem que estimulem a relação teoria-prática, inovadoras e que favoreçam a autonomia do estudante. Quanto à concepção do PPC, o NDE e comissão responsável visam atender a todos os requisitos das diretrizes específicas, buscando a formação de estudantes com um perfil atualizado às necessidades profissionais, humanísticas e ambientais. O projeto será





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

constantemente avaliado e aprimorado, conforme encontra-se previsto neste PPC, no item específico que trata de Aprimoramento Contínuo do Projeto do Curso.

● **Acessibilidade Comunicacional:** Ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

● **Acessibilidade Digital:** Ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. A acessibilidade digital favorece a comunicação e a interatividade entre professores, estudantes e tutores. Visam, assim, assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar, o que possibilita experiências diversificadas na aprendizagem.

● **Acessibilidade Instrumental:** Ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

Serão realizadas palestras, formações pedagógicas e eventos, com previsão no calendário acadêmico que visem à efetivação dessas acessibilidades.

Destacam-se aqui também outras ações como o Napne, Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – *Campus Paraíso do Tocantins* do IFTO.

2.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Não se aplica para este PPC, em virtude do prazo de oferta do curso ser menor que o





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

habitual e de que ocorrerá de forma integral, não possibilitando ao aluno tempo extra para se dedicar a essa atividade.

2.5 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Não se aplica para este PPC, em virtude do prazo de oferta do curso ser menor que o habitual e de que ocorrerá de forma integral, não possibilitando ao aluno tempo extra para se dedicar a essa atividade.

2.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não se aplica para este PPC, em virtude do prazo de oferta do curso ser menor que o habitual e de que ocorrerá de forma integral, não possibilitando ao aluno tempo extra para se dedicar a essa atividade.

2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo professor, bem como o plano de ensino, serão, obrigatoriamente, explicitados aos estudantes na aula inicial da unidade curricular e deverão também estar disponíveis no sistema acadêmico.

A avaliação da aprendizagem será planejada pelos professores de forma a ser instrumento de verificação da aprendizagem, com abordagem a conteúdos, habilidades e competências, visando ao desenvolvimento e à autonomia do estudante.

Será formativa, integral, processual e contínua, tendo como parâmetros os princípios do Projeto Pedagógico Institucional do IFTO e os objetivos gerais, específicos e o perfil do egresso expressos no PPC.

Serão utilizados instrumentos avaliativos que possibilitem ao professor e ao tutor





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

observarem e registrarem o desempenho dos estudantes nas atividades desenvolvidas. Esses instrumentos deverão contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, reorientando-os diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, reconhecendo as formas diferenciadas de aprendizagem, em seus diferentes processos, ritmos, lógicas, de forma que o professor exerça o seu papel de orientador e mediador no processo educacional.

Avaliações diversificadas serão previstas no plano de ensino.

Como exemplo temos:

- I – observação contínua;
- II – trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III – provas escritas e orais, individual ou em equipe, com ou sem consulta;
- IV – verificações individuais ou em grupos;
- V – arguições;
- VI – seminários;
- VII – visitas;
- VIII – resolução de exercícios;
- IX – execução de experimentos ou projetos;
- X – relatórios referentes aos trabalhos, experimentos e visitas;
- XI – trabalhos práticos;
- XII – produção científica, artística ou cultural;
- XIII – desempenho e participação em atividades propostas; e
- XIV – outros instrumentos pertinentes à prática pedagógica.

Em disciplinas modalidade a distância, serão realizados, no mínimo:

I - dois instrumentos avaliativos diversificados, podendo ocorrer por meio de ambiente virtual; e

II - uma avaliação presencial, no polo de educação a distância, acompanhada pelo tutor presencial.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Ao final de cada disciplina será gerada 1 (uma) nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, composta a partir de:

I - peso de 40% para média aritmética dos instrumentos de avaliação aplicados a distância e demais atividades programadas pelo professor; e

II - peso de 60% para a média aritmética da avaliação presencial.

A aprovação do estudante em unidade curricular dar-se-á mediante nota superior ou igual a 6,0.

Informações adicionais sobre etapas, instrumentos e demais procedimentos sobre avaliação são detalhados no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO (ODP vigente).

2.8 CERTIFICAÇÃO

O IFTO expedirá diploma de Tecnólogo(a) em Segurança Pública nos termos das normas vigentes do IFTO que tratam de expedição de Certificado, Diploma, Histórico Escolar e Livro de Registro.

Serão diplomados os estudantes que concluírem todos os componentes curriculares que compõem o projeto pedagógico. É obrigatória a colação de grau pelo estudante.

O diploma será emitido respeitando-se a flexão de gênero.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

3. DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO

O curso possui equipe multidisciplinar composta por profissionais das áreas técnicas, pedagógicas e tecnológicas para o desenvolvimento das atividades e de suporte à Educação a Distância.

O IFTO conta com equipes de TI nos campi e na reitoria. Essas equipes especializadas contribuem na manutenção e atualização do AVA e em outras demandas que possam ser solicitadas.

Conta também com técnicos especializados em educação que atuam nos campi e na reitoria, contribuindo na construção de projetos de curso e documentos bem como nas atividades de acompanhamento dos cursos.

Nos itens a seguir dispõe-se sobre o perfil da equipe pedagógica e técnica do curso.

3.1 PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO

O(A) coordenador(a) do Curso Tecnólogo em Segurança Pública do *Campus Paraíso do Tocantins* do IFTO será um(a) docente do curso que esteja vinculado(a), preferencialmente, ao regime de trabalho docente de dedicação exclusiva.

Conforme o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, vigente, o Coordenador de Curso é o professor responsável, com o NDE, do qual será presidente, por gerir o curso sob sua responsabilidade.

A escolha do(a) coordenador(a), assim como suas atribuições e demais procedimentos, deve estar em conformidade com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica (ODP) em vigência.

Dentre outras características atitudinais expostas na ODP, o(a) coordenador(a) de curso deverá apresentar:

- Disponibilidade e publicidade de horários de atendimento aos responsáveis pelo curso





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

e aos discentes;

- Relação satisfatória e tratamento cordial com os docentes, os técnico-administrativos e os discentes;
- Capacidade de mediação, de intervenção, de enfrentamento de problemas administrativos e pedagógicos, e proatividade;
- Responsabilidade e impessoalidade no trato com os docentes, os técnico-administrativos e os discentes;
- Dignidade, respeito e decoro com o cargo.

3.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

A composição do corpo docente será adequada ao curso, visto que sua formação e titulação deve demonstrar capacidade para ministrar os componentes curriculares, fomentando o raciocínio crítico, a produção de conhecimentos, a formação de grupos de estudos e de pesquisa.

Os docentes que irão ministrar as disciplinas a distância devem possuir experiência ou capacitação para a oferta nessa modalidade. Possuir titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu* é um dos quesitos avaliados para a escolha do professor.

As atribuições do corpo docente encontram-se descritas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do IFTO, em vigência.

O quadro a seguir apresenta o perfil de formação acadêmica do docente para ministrar cada componente curricular que integra a grade curricular do curso.

Quadro 9: Perfil de formação acadêmica do docente para ministrar os componentes curriculares

Componente Curricular	Perfil de formação acadêmica do docente para ministrar o componente curricular
ORDEM UNIDA I	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E TIRO	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa “com o curso de instrutor de tiro”.
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E ÉTICA PROFISSIONAL	Oficial ou praça da PMTO com bacharelado em Direito ou Segurança Pública, com pós-graduação em qualquer área.
DIREITO PENAL	Bacharelado em Direito e com pós-graduação em qualquer área.
DIREITO PENAL MILITAR	Oficial ou praça da PMTO e/ou do CBMTTO com bacharelado em Direito e com pós-graduação em qualquer área.
EDUCAÇÃO FÍSICA I	Graduação em Educação Física e com pós-graduação em qualquer área.
CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.
POLICIAMENTO GERAL	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e com experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador do POP-TOCANTINS.
ABORDAGENS POLICIAIS	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador do POP-TOCANTINS.
SITUAÇÕES DE CRISE	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador do POP-TOCANTINS.
CONTENÇÃO E IMOBILIZAÇÃO	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador do POP-TOCANTINS.
USO SELETIVO DA FORÇA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador do POP-TOCANTINS.
OCORRÊNCIAS POLICIAIS	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador do POP-TOCANTINS.
POLÍCIA COMUNITÁRIA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa e o curso de multiplicador de Polícia Comunitária.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e experiência comprovada em conformidade com a ementa.
ORDEM UNIDA II	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO	Bacharelado em Direito com pós-graduação na área do Direito.
NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	Oficial ou praça da PMTO com bacharelado em Direito e com pós-graduação em qualquer área.
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO	Bacharelado em Direito com pós-graduação. na área do Direito.
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO	Bacharelado em Direito com pós-graduação na área do Direito.
CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS	Oficial ou Praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e com curso Técnico Operacional em CDC ou Choque.
VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E PREVENÇÃO	Graduação em Direito ou Ciências Sociais ou Segurança Pública e com pós-graduação em qualquer área.
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO APLICADA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação na área de Trânsito.
DEFESA PESSOAL APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA	Graduação em qualquer área e pós-graduação em qualquer área e com experiência comprovada em conformidade com a ementa, "faixa preta".
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	Graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.
ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE MILITAR	Oficial ou praça da PMTO com graduação na área de saúde e com pós-graduação na área da saúde.
NORMAS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE NA POLÍCIA MILITAR	Oficial ou praça da PMTO com graduação na área de saúde e com pós-graduação na área da saúde.
PATRULHAMENTO E ABORDAGEM POLICIAL	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e com experiência comprovada em conformidade com a ementa.
PRINCÍPIOS DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.
ATRIBUIÇÕES DO MÚSICO NA PMTO	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.
PROJETOS COMUNITÁRIOS	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

MUSICAIS	graduação em qualquer área.
SAÚDE MENTAL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	Graduação em Psicologia ou graduação na área da Saúde e com pós-graduação em saúde mental.
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL BÁSICO	Graduação em Letras – Língua Portuguesa e com pós-graduação em qualquer área.
METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	Graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área.
LIBRAS	Graduação em Letras ou Pedagogia e com pós-graduação em Libras.
INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação na área de Móbile e TCO – nível multiplicador.
ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR	Oficial ou praça da PMTO ou do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins com graduação em qualquer área e com pós-graduação em qualquer área e com experiência comprovada em conformidade com a ementa.
POLICIAMENTO AMBIENTAL	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação na área Ambiental.
EDUCAÇÃO FÍSICA II	Graduação em Educação Física e com pós-graduação em qualquer área.
ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e pós-graduação em qualquer área e com experiência comprovada em conformidade com a ementa.
NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	Oficial ou praça da PMTO com graduação em qualquer área e com pós-graduação na área de Inteligência.
FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMANOS APLICADA À ATUAÇÃO POLICIAL	Graduação em Direito ou Ciências Sociais ou Segurança Pública com pós-graduação em qualquer área.

3.3 PERFIL DO CORPO TÉCNICO

Para o desenvolvimento das atividades práticas do curso, o *campus* conta no seu quadro de servidores com técnico-administrativos e com Técnicos de Laboratórios.

O quadro a seguir apresenta o perfil de formação acadêmica dos servidores técnicos:

Quadro 10: Perfil de formação acadêmica dos servidores técnicos

SERVIDOR TAE	FORMAÇÃO	CARGO	REGIME DE
--------------	----------	-------	-----------





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO		TRABALHO
Amarildo da Silva Cunha	Psicologia	Especialização	Psicólogo	40h
Ana Paula Cruz Costa Alves	Sistemas de Informação	Especialização	Assistente em Administração	40h
Anicésio Tavares Dos Santos	Ciências Contábeis	Especialização	Contador	40h
Bruno Almeida Ribeiro	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	Técnico de Tecnologia da Informação	40h
Cláudia Veloso	Engenharia de Alimentos	Especialização	Técnico em Alimentos e Laticínios	40h
Dalton Oliveira Mota	Matemática	Especialização	Assistente em Administração	40h
Dianne Kelly Barbosa Neres Oliveira	Ensino Médio	-	Assistente em Administração	40h
Dyego Pereira Lima	Economia	Especialização	Economista	40h
Eder Brasil De Moraes	Medicina Veterinária	Especialização	Médico Veterinário	40h
Fábia Maceno Ribeiro	Matemática	Especialização	Assistente em Administração	40h
Fabiano Ballin	Tecnólogo em Irrigação e Drenagem	Mestrado	Técnico em Agropecuária	40h
Fabício Barbosa Da Costa	Administração	Especialização	Administrador	40h
Fernanda Alves Costa	Tecnólogo em Gestão Ambiental	Especialização	Técnico De Laboratório	40h
Flávio Castro Batista	Administração	-	Assistente em Administração	40h
Helena da Mata Torres Gomes	Ensino Médio	-	Auxiliar de Biblioteca	40h
Hosana Maria Ribeiro	Pedagogia	Especialização	Pedagoga	40h
Jaqueline de Paula e Silva	Técnico em Agroindústria	-	Assistente em Administração	40h
Kalita Fernandes Da Silva Fonteles	Gestão de Tecnologia da Informação	-	Assistente em Administração	40h
Katia Maria Pinto da	Serviço Social	Especialização	Técnico em Enfermagem	40h





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Fonseca				
Keila Martins de Assis	Tecnóloga em Gestão Pública	-	Assistente em Administração	40h
Letícia Luzia Da Cunha	Serviço Social	Especialização	Assistente Social	40h
Marcelly Neres Carneiro Moraes de Sá	Medicina	-	Médica	20h
Maria Goretti Pereira Nogueira	Pedagogia	Especialização	Pedagoga	40h
Maria Lúcia Adriana Silva Gomes	Comunicação Social – Jornalismo	Especialização	Jornalista	25h
Maria Millma Marinho De Brito	Serviço Social	Especialização	Técnico em Enfermagem	40h
Natália Borba de Moraes Marques	Letras	Especialização	Assistente em Administração	40h
Nayara dos Santos Andrade Sousa	Ensino Médio	-	Auxiliar em Administração	40h
Naylon Barroso Gomes	Química Ambiental	Mestrado	Técnico de Laboratório	40h
Pabla Cassiangela Milhomem	Pedagogia	Especialização	Assistente de Aluno	40h
Poliana Martins Marinho Barros	Pedagogia	Especialização	Assistente em Administração	40h
Regina Kaciane Da Costa Borges	Biblioteconomia	Especialização	Bibliotecário-Documentalista	40h
Ricardo Sousa Pimentel	Sistemas de Informação	Especialização	Analista de Tecnologia da Informação	40h
Tassio Guerreiro Antunes Virginio	Ciência da Computação	Especialização	Técnico De Tecnologia Da Informação	40h
Tatiana Ribeiro De Almeida Vilarins	Letras	Especialização	Assistente em Administração	40h
Ustana Ferraz Soares	Biblioteconomia	Mestrado	Bibliotecário-Documentalista	40h
Wedesmar Afonso Alves	Educação Física	Especialização	Assistente de Aluno	40h

3.4 PERFIL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DE TURMA





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

No caso específico deste curso, os alunos contarão com os Coordenadores Pedagógicos de Turma, que serão responsáveis por acompanhar as atividades presenciais das disciplinas teóricas e sanar dúvidas dos estudantes no polo. Os Coordenadores Pedagógicos de Turma atuarão no polo de educação a distância e ajudarão os estudantes a acessarem e a utilizarem o AVA, por ocasião das aulas presenciais.

Os Coordenadores Pedagógicos de Turma contribuirão em tirar dúvidas específicas sobre atividades inerentes ao polo e ao ambiente virtual e assistirão aos estudantes, individualmente ou coletivamente, articulados com o professor da disciplina ou com outros profissionais da equipe do curso.

Será considerada a experiência no exercício de coordenação pedagógica de turma, de forma que estejam habilitados a assistir os estudantes em suas dúvidas relacionadas ao AVA Moodle, tenham boa comunicação e boa interação com os estudantes e com demais membros da equipe.

3.5 PERFIL DO TUTOR PRESENCIAL DAS DISCIPLINAS COM PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA

Os cursos a distância do IFTO contarão com tutores presenciais, que desempenham papel importante em acompanhar as atividades presenciais e sanar dúvidas dos estudantes no polo.

Em função da especificidade desse curso, haverá também tutores presenciais que irão atuar nos polos/batalhões/laboratórios específicos com a função de instrutor das atividades práticas profissionais, sob orientação do professor da disciplina. Daí compreende-se que, nesse caso, a formação do tutor presencial deve atender às demandas das práticas que ele irá instruir, acompanhar e avaliar o desempenho.

Assim, o tutor presencial das disciplinas com prática profissional supervisionada terá que ter formação e experiência de acordo com a atividade que ele irá tutorear. Suas





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

atribuições são tutorear, instruir, acompanhar e avaliar o desempenho dos estudantes em atividades práticas, sob orientação do professor da disciplina.

3.6 PERFIL DO TUTOR A DISTÂNCIA

Os tutores a distância serão servidores do IFTO e da Polícia Militar, responsáveis por acompanhar e orientar as atividades a distância dos componentes curriculares.

Exercerão papel de tutoria a distância somente professores que sejam graduados na área da disciplina pelas quais são/serão responsáveis, sendo que possuir titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu* é um dos quesitos avaliados para a escolha do tutor.

Será considerada a experiência no exercício de tutoria, de forma que estejam habilitados a dar suporte às atividades docentes, a realizar mediação pedagógica entre professor da disciplina e estudante, ter bom relacionamento com os professores e estudantes de forma que sejam capazes de orientar e incrementar o aprendizado, dando exemplos, sugerindo atividades e leituras que auxiliem na formação dos estudantes.

3.7 DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso será composto por atores da educação diretamente relacionados ao curso, são eles: o coordenador do curso, os professores que ministram componentes curriculares ofertados no trimestre em execução, os técnico-administrativos em educação que atuem em ambientes didáticos especializados como laboratório didático, unidade de produção e unidade processamento; dois estudantes do curso e seus respectivos suplentes e um representante da equipe pedagógica e seu respectivo suplente.

Haverá reuniões com periodicidade determinada no calendário escolar e registro de suas decisões.

O funcionamento do Colegiado de Curso, sua composição e suas atribuições seguem o





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

disposto no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO (ODP vigente).

3.8 DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de professores com atribuições acadêmicas de acompanhamento que atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme Resolução CONAES n.º 1 de 17 de junho de 2010 e suas alterações.

Todos os cursos de graduação oferecidos pelos *campi* do IFTO instituem seu NDE e asseguram, sempre que possível, estratégia de renovação parcial de seus integrantes, de modo a garantir a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

O funcionamento do NDE, sua composição e suas atribuições seguem o disposto no Regulamento da Organização Didático-pedagógica do IFTO (ODP vigente).



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

4 DOS AMBIENTES E EQUIPAMENTOS

4.1 SALA DE PROFESSORES

No *Campus Paraíso do Tocantins* do IFTO existem 8 gabinetes de 48m² cada um, com capacidade de 8 postos de trabalho de uso exclusivo de cada professor, em que são disponibilizados: 01 mesa em “L”; 01 cadeira giratória, regulável, com apoio para braço; 01 armário alto de duas portas; 01 computador com conexão à Internet de 100Mb. Também estão disponíveis em cada gabinete: 01 impressora/scanner/copiadora e 01 telefone para uso compartilhado pelos ocupantes da sala.

Cada um dos ambientes está dotado de aparelho de ar-condicionado tipo Split de 24.000 btus e 6 lâmpadas fluorescentes eletrônica tipo twist. O ambiente possui duas janelas 3mx2m, em que persianas e insulfilm auxiliam no controle da iluminação interna. A limpeza dos ambientes é feita diariamente no turno da manhã e o lixo recolhido duas vezes por dia, no turno matutino e vespertino.

Os gabinetes estão estrategicamente localizados entre o bloco administrativo principal e o bloco principal de aulas, além de estar próximo aos laboratórios, à biblioteca e ao auditório. O bloco onde estão localizados os gabinetes é dotado de banheiros masculino e feminino, devidamente adaptados a portadores de necessidades especiais. Bem como, rampas de acesso para cadeirantes.

4.2 SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO

A sala da Coordenação do Curso no *Campus Paraíso do Tocantins* do IFTO, possui uma mesa, um computador e mobiliário para atendimento aos estudantes. A sala é privativa, podendo o coordenador atender os estudantes e professores com discrição adequada a cada situação.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Trata-se de sala individualizada, contendo equipamentos que suprem às necessidades acadêmicas e administrativas. Permite o atendimento a indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica que possibilita formas distintas de trabalho.

4.3 SALAS DE AULA

O *Campus* Paraíso do Tocantins dispõe de 15 salas de aula, sendo: 10 salas de 56 m², 4 salas de 48 m² e 1 de 112 m². A exceção da sala de 112 m², com capacidade para 70 lugares. As salas de aula são compartilhadas com turmas de ensino médio, porém em turnos distintos.

Os dois blocos de salas de aulas estão localizados próximos aos demais ambientes pedagógicos como: laboratório, biblioteca, auditório, além disso, próximas ao refeitório.

No caso específico deste curso, os estudantes estarão 40 horas semanais nos Batalhões ou Companhias Independentes da Polícia Militar, assim em item próprio do PCC esses ambientes serão descritos. No caso dos municípios que possuem uma unidade do IFTO, salas de aula, estúdios, laboratórios, bibliotecas, academias, áreas desportivas, bem como toda a estrutura física do *campus* também poderão ser utilizadas, caso seja necessário.

4.4 AMBIENTES DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Os laboratórios a serem utilizados atendem às necessidades dos estudantes do início ao término do curso, sendo adequados às atividades propostas neste projeto.

4.4.1 Ambiente Virtual de Aprendizagem

A infraestrutura de tecnologias da informação e comunicação relacionada ao curso possibilita a execução integral do projeto do curso.

O Moodle será o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizado, pois possibilita a interação entre professor, tutor, estudante tanto de forma síncrona como de forma assíncrona.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

apresenta recursos como chats, fóruns, acesso a materiais didáticos e a vídeos, entre outros, permitindo o acompanhamento dos estudantes pelos professores e equipe pedagógica por meio dos relatórios que podem ser gerados.

O Moodle possui recursos e tecnologias apropriadas, que permitem a postagem e armazenamento de conteúdos, que poderão facilmente ser acessados pelos estudantes de qualquer local. Permite também a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, bem como possibilita atividades avaliativas periódicas devidamente documentadas, de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

Conforme DCI-EaD-IFTO (Art. 25), a manutenção e o suporte do curso no AVA institucional será realizada por coordenador técnico e as demandas deverão ser solicitadas via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) à Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTI).

4.4.2 Laboratórios

As aulas presenciais ocorrerão em 14 polos, cujas localizações estão descritas no Quadro 3, em cada uma delas os laboratórios têm a mesma estrutura. Os laboratórios são os seguintes:

Quadro 11: Laboratórios a serem utilizados pelo curso

	Nome do Laboratório	Área Física (m²)	Informar se é Geral ou Específico
1	Laboratório de Policiamento Ostensivo e Preservação da Ordem Pública	Não especificado	Específico da PM
2	Laboratório de Tiro	Não especificado	Específico da PM
3	Laboratório de Cultura e Cotidiano Policial Militar	Não especificado	Específico da PM





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

4	Laboratório de Abordagens Policiais	Não especificado	Específico da PM
---	-------------------------------------	------------------	------------------

4.4.3 Equipamentos existentes nos laboratórios

Quadro 12: Equipamentos existentes no Laboratório de Policiamento Ostensivo e Preservação da Ordem Pública

Laboratório de Policiamento Ostensivo e Preservação da Ordem Pública - em todos	Quantidade
Viaturas de polícia militar; armas de fogo; colete balístico; tonfa;	1 para cada dois alunos
Armas de fogo, colete balístico e tonfa.	1 kit para cada aluno

* Todas as unidades formativas, descritas no Quadro 3, possuem laboratórios adequados para as atividades práticas.

Quadro 13: Equipamentos existentes no Laboratório de Tiro

Laboratório de Tiro	Quantidade
Estande de tiro, local onde ocorre as práticas de atividades de tiro policial. Possui estrutura completa possuindo linhas/raias/pistas de tiro demarcadas, <u>alvos</u> e uma parede para evitar balas perdidas.	14

* Todas as unidades formativas, descritas no Quadro 3, possuem laboratórios adequados para as atividades práticas.

Quadro 14: Equipamentos existentes no Laboratório de Cultura e Cotidiano Policial Militar

Laboratório de Cultura e Cotidiano Policial Militar	Quantidade
Unidades da Polícia Militar, onde os alunos terão contato com as tradições, costumes e valores institucionais.	14

* Todas as unidades formativas, descritas no Quadro 3, possuem laboratórios adequados para as atividades práticas.

Quadro 15: Equipamentos existentes no laboratório de Abordagens Policiais

Laboratório de Abordagens Policiais	Quantidade
Unidades da Polícia Militar, onde os alunos desenvolveram os processos da Abordagem Policial e Técnicas de abordagens de alto e médio risco. As práticas, ainda aconteceram em praças, ruas e locais pré-estabelecidos.	14

* Todas as unidades formativas, descritas no Quadro 3, possuem laboratórios adequados para as atividades práticas.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

4.5 BIBLIOTECA

A Biblioteca José de Moraes do *Campus Paraíso do Tocantins/IFTO* tem por missão apoiar nas funções de ensino, pesquisa e extensão, além de ser responsável pela aquisição, organização, recuperar e disseminar a informação por meio de prestação de serviços e da oferta de produtos apropriados à comunidade. A Biblioteca é aberta ao público para consulta e restrita à instituição para empréstimo. Possui acesso livre às estantes e instalações.

A Biblioteca ocupa uma área física de 215,72 m² distribuídos nas seguintes áreas: Guarda-volumes (36 unidades), área para acesso à Internet (21 cabines com computadores), além de acesso wireless à internet; salas de estudo em grupo (3 salas com 8 lugares cada); Recepção (Serviço de Referência); Acervo; Área de pesquisas e consultas (26 lugares); Coordenação.

O acervo da Biblioteca do *Campus Paraíso do Tocantins do IFTO* conta com 3.166 títulos e 12.069 exemplares, formado por livros, periódicos (revistas em geral e técnico-científicas), obras de referência (dicionários, glossários, enciclopédias, manuais etc.), materiais especiais (folhetos, relatórios, mapas, trabalhos dos professores e estudante do *campus*) e materiais multimídias (CD-ROM, DVD etc.).

Na questão da acessibilidade, atende ao Decreto n.º 5296/2004, que trata das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com fixação de placas em braile nas portas dos ambientes do *campus*, os espaços também contam como pisos táteis de alerta e direcional visando assim contribuir na locomoção das pessoas com deficiência visual. Na entrada do bloco administrativo há um mapa tátil que descreve a posição de cada espaço do bloco, dentre eles, a biblioteca.

No caso específico desse curso, além da literatura própria, disponível nas instalações da Polícia Militar, será possível aos alunos acesso a todas as bibliotecas dos *campi* do IFTO, bem como a biblioteca virtual da IES.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

4.6 REFEITÓRIO

Não se aplica.

4.7 ESPAÇO DE VIVÊNCIA DISCENTE

Não se aplica.

4.8 AMBIENTE DE ACESSO ÀS TIC's

4.8.1. Ambientes de acesso às TIC's no *campus*

Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas I: Com área física de 64,20 m². Os equipamentos disponíveis para o trabalho são: 07 bancadas para computador, 41 computador/monitor/teclado/mouse (Dell), 01 mesa linear, 01 quadro branco, 01 data show (epson), 41 cadeiras fixas sem braço para uso dos alunos, 02 ar- condicionado de 22.000 btus, acesso à internet - onde são ministrados aulas teóricas e práticas aos estudantes dos cursos de ensino médio e superior.

Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas II: Com área física de 46,80 m². Os equipamentos disponíveis para o trabalho são: 04 bancadas para computador, 24 computador/monitor/teclado/mouse (dell), 01 mesa linear, 01 quadro branco, 01 data show (epson), 24 cadeiras fixas sem braço para uso dos alunos, 02 ar- condicionado de 22.000 btus, acesso à internet - onde são ministrados aulas teóricas e práticas aos estudantes dos cursos de ensino médio e superior.

Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas III: Com área física de 46,80 m². Os equipamentos disponíveis para o trabalho são: 04 bancadas para computador, 24 computador/monitor/teclado/mouse (dell), 01 mesa linear, 01 quadro branco, 01 data show (epson), 24





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

cadeiras fixas sem braço para uso dos alunos, 02 ar-condicionado de 22.000 btus, acesso à internet – onde são ministrados aulas teóricas e práticas aos estudantes dos cursos de ensino médio e superior.

O Acesso à Internet também pode ser feito a partir de computadores disponíveis na Biblioteca ou a partir de tablets que são disponibilizados no mesmo setor.

Os polos de educação a distância poderão funcionar como um ambiente de acesso às TICs. As especificações dos recursos encontrados nos polos são dadas a seguir.

4.8.2 Polos de Educação a Distância

Das 13 cidades descritas no Quadro 3, onde estão instaladas as sedes para os polos de educação à distância, 9 possuem *campus* do IFTO. Nessas cidades, além das salas disponíveis em instalações da Polícia Militar, que possuem carteiras e um data-show ou televisão, ligados à um computador com internet, para transmissão das aulas, também será disponibilizado os laboratórios de informática para o acesso às aulas, síncronas ou assíncronas, via AVA e/ou sala de aula dos *campi* do IFTO com a mesma estrutura anteriormente descrita.

Nas demais 4 cidades, além de possuírem a mesma estrutura nas instalações da Polícia Militar existente nas demais cidades, há a possibilidade de pactuação de acordo entre a coordenação de curso e os campi de universidades locais ou federais, para o uso de laboratórios, que permitem o acesso das aulas síncronas ou assíncronas, e/ou salas de aula, com estrutura para transmissão de aulas gravadas.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

5 DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO DO PROJETO DE CURSO

A coordenação do curso adotará como mecanismo de acompanhamento acadêmico e administrativo os resultados obtidos por meio das avaliações no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes: resultados obtidos de avaliações da Comissão Própria de Avaliação (CPA), extraídos de relatórios dos avaliadores do MEC/INEP e resultado do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Considerando-se esses resultados, serão propostas ações que visem corrigir aspectos não satisfatórios.

A avaliação do curso será objeto de constante atenção por parte da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Contemplará, além do curso em si, a articulação deste com o mercado de trabalho em contraste com a formação do estudante, incluindo todo o pessoal e todas as instâncias envolvidas: curso, estudante, professor, gestores, instituição, interação com os APLs.

No âmbito do IFTO, a (CPA) tem como função a avaliação acadêmica e administrativa. Realizará avaliações institucionais, cujos resultados serão aproveitados para as intervenções de melhoria nas condições de oferta do curso. A CPA é composta pelos representantes de docentes, de estudantes e de técnicos administrativos. Realiza avaliação interna da instituição através da aplicação de questionários e outros instrumentos, disponibilizando para a comunidade interna os resultados das avaliações realizadas, bem como incentiva o desenvolvimento de planos de ação para melhorias.

A coordenação, bem como seu respectivo colegiado e Núcleo Docente Estruturante buscarão o acompanhamento contínuo no sentido de munir-se de informações para melhorar o projeto do curso e a formação profissional para atuação local, regional, estadual e nacional. Encontros de egressos, bem como reuniões com as representações estudantis (Centros Acadêmicos - CAs) também são uma prática constante no processo de avaliação do PPC.

Ao final de cada semestre letivo, a Coordenação de Curso deverá atuar ao processo principal do PPC os seguintes relatórios: Relatório sobre acesso, Relatório sobre permanência





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

estudantil, Relatório sobre êxito estudantil, Relatório da formação continuada do corpo docente e técnico especializado, e Relatório sobre infraestrutura.

Outras avaliações poderão ser criadas de forma que permita alcançar excelência na gestão e funcionamento do curso e na formação profissional dos estudantes. Após a coleta de indicadores, serão realizadas reuniões com os agentes formadores envolvidos, para a discussão de resultados da avaliação prévia, definição de medidas de superação de problemáticas e planejamento de interferências que subsidiem os ajustes necessários.

Antonio da Luz Júnior
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

BASE LEGAL

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.861 e 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Estabelece a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015.** Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Estabelece as Políticas de Educação Ambiental.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da 9.394/96.

BRASIL. **Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e Portaria MEC Nº 3.284/2003.** Estabelecem condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. **Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014.** Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

CONAES. **Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

IBGE. **Cidades e Estados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução nº 51/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016. Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos cursos de Graduação, 2016.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução nº 81/2019/CONSUP/IFTO, de 18 de dezembro de 2019. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFTO 2020-2024.** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI).** Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução nº 63/2020/CONSUP/IFTO, 11 de novembro de 2020.** Estabelece procedimentos para criação, implantação, execução, alteração e encerramento de cursos. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução nº 28/2021/CONSUP/IFTO, de 4 de fevereiro de 2021.** Aprova o Regulamento da Curricularização da extensão nos cursos de graduação presenciais e a distância do Instituto





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

Federal do Tocantins.

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Resolução nº 46/2021/CONSUP/IFTO, de 6 de maio de 2021.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Institucionais para a Educação a Distância no âmbito do Instituto Federal do Tocantins (DCIEaD).

MEC. **Portaria Normativa nº 742 de 2 de agosto de 2018.** Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

MEC/CNE. **Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP nº 8 de 6 de março de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

MEC/SERES. **Portaria Seres/MEC nº 23/2017 - Artigo 99.** Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, 2017.**

MEC. **Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP nº 7/2020,** aprovado em 19 de maio de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº

67



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

MEC/CNE. **Parecer CNE/CP nº 17/2020**, aprovado em 10 de novembro de 2020. Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

MEC/CNE. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

APÊNDICE A DESCRIÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES

ORDEM UNIDA I	
CONTEÚDOS	
Conceito de Ordem Unida; Objetivos da Ordem Unida; Colunas, distância, linha, fileira, fila, intervalo, alinhamento, cobertura, cerra-fila, homem-base, unidade-base, centro, direita (ou esquerda), formação, testa, cauda, profundidade, frente e escola; Comandos e Meios de Comandos; Voz de Comando; Comandos por Gestos; Emprego da Corneta; Emprego do Apito; Execução por tempos. Legislação e regulamentos militares pertinente à corporação; Instrução individual sem arma: Posições: Sentido, Descansar, A Vontade; Em forma e fora de forma; Cobrir e perfilar; Olhar a Direita (esquerda); Passos: Ordinário, Sem cadência, De estrada, Acelerado; Marchas: Em passo ordinário, Em passo sem cadência, Em passo de estrada, Em passo acelerado; Deslocamentos curtos; Marchar passo e trocar passo; Voltas a Pé Firme e em Marcha; Direita (esquerda) volver; Meia voltar volver; Oitava à direita (esquerda) volver; Frente para direita (esquerda e retaguarda). Toques de corneta.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os Conceito de Ordem Unida; ● Compreender os elementos para realização de Ordem Unida; ● Conhecer a Legislação e regulamentos militares pertinente à corporação.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha - Ordem Unida: C 22-5. 3ª ed. Brasília: EME, 2000. FARIA-LIDER, RICARDO. MANUAL DE ORDEM UNIDA. BEZERRA, Robson Ronaldo Vidal. A Aplicabilidade da Ordem Unida na Formação Moral do Militar e na Preparação para a Guerra. O Adjunto: Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas, v. 7, n. 1, p. 35-40, 2019.
COMPLEMENTAR	APÊNDICE, E. 01. Como você se percebe nos treinamentos para a formatura (Ordem Unida) no. A interação de alunas do Colégio Militar do Rio de Janeiro em atividades escolares e práticas corporais, p. 78, 2015. ESTADO-MAIOR, Brasil Exército. Ordem unida. 2000. LEITE, Vitor Costa. A formação profissional do Soldado Bombeiro Militar de Minas Gerais: análise da malha curricular do Curso de Formação de Soldados. 2018. FERREIRA, Paulo Vinícius dos Santos. Hierarquia, Disciplina e Cidadania: elementos reformadores e conservadores na formação de soldados da PMBA. 2017. HAMADA, Hélio HirosHi. As transformações no sistema de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais: um estudo histórico dos modelos de formação profissional. Paidéia, 2013.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E TIRO	
CONTEÚDOS	
Armamentos utilizados pela PMTO, características, nomenclaturas, munição utilizada, funcionamento, mecanismos de segurança e incidentes de tiro, desmontagem de 1º escalão, manejo, inspeção preliminar, emprego operacional e condução das armas: PORTÁTEIS: Glock, Cal. .40 e 9mm e Pistola Tauros, PT 100, Cal. .40; PORTÁVEIS: Espingarda CBC-586.2, Cal. 12; Espingarda Mility 3.0, Cal. 12; Carabina MD 97, Imbel, Cal. 556; Carabina IA2, Imbel, Cal. 556 e Fuzil AR-10, Cal. 7.62.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer e manusear os armamentos utilizados pela PMTO; ● Compreender as características, nomenclaturas, munição utilizada, funcionamento, mecanismos de segurança e incidentes de tiro, desmontagem de 1º escalão, manejo, inspeção preliminar, emprego operacional e condução das armas: PORTÁTEIS: Glock, Cal. .40 e 9mm e Pistola Tauros, PT 100, Cal. .40; PORTÁVEIS: Espingarda CBC-586.2, Cal. 12; Espingarda Mility 3.0, Cal. 12; Carabina MD 97, Imbel, Cal. 556; Carabina IA2, Imbel, Cal. 556 e Fuzil AR-10, Cal. 7.62.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	CAMPOS, Alexandre Flecha – A qualidade do Policial Operador de Segurança Pública. Goiânia, 2009. (Coletânea de artigos 1). Cunha, Pablo Nascimento da. Técnicas de tiro defensivo policial: teoria e prática/ Pablo Nascimento da Cunha (CAP QOC). João Pessoa, Fotograf, 2009. P. 248 CAMPOS, Alexandre Flecha. A importância da preparação do policial quanto ao uso da força letal. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública , v. 1, n. 1, 2008.
COMPLEMENTAR	FLORES, Erico Marcelo. Tiro policial: técnicas sem fronteiras / Erico Marcelo flores e Marcelo Dias Gomes – Porto Alegre: Evandref, 2006. DA SILVA, Daniel Vinicius Salustiano. A CAPACIDADE TÉCNICA DO POLICIAL MILITAR DO 5º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO EM EMPREGAR A ARMA DE FOGO NA EXECUÇÃO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública , v. 16, n. 1, 2016. FURUIE, Lesly Miki Abe. Melhoria na segurança pública com treinamento continuado do policial militar em estande de tiro modelo. 2013. VENEZ, Hilma da Silva Costa; SOARES, Marcelo Falcão. A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA EM TIRO POLICIAL NA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS. Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação , v. 2, n. 3, p. 284-305, 2018. SANTOS, Leonardo Menezes dos. A Importância do Treinamento Continuado para o





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	Aprimoramento Técnico-Profissional dos Militares do CBMRR. 2015.
--	--



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL E ÉTICA PROFISSIONAL	
CONTEÚDOS	
Legislação institucional: Organização básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - Lei Complementar nº 128/2021. Norma estatutária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Tocantins - Lei 2.578/2012. Aspectos gerais das promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins - Lei 2.575/2012. Ética: Conceitos de Deontologia; Teoria e aplicações na PM; Distinção entre ética e moral; Normas sociais, morais e jurídicas; Homem e a consciência reflexiva; A ética e as diferentes concepções; A crítica, a liberdade e o livre arbítrio; Declaração universal dos Direitos do Homem; Retrospectiva histórica da ética profissional; Moralidade técnico-administrativa.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Compreender os Conceito de Legislação institucional: Organização básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins - Lei Complementar nº 128/2021; ● Inferir e examinar as informações concretas sobre a Norma estatutária dos policiais militares e bombeiros militares do Estado do Tocantins - Lei 2.578/2012. ● Compreender os aspectos gerais das promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins - Lei 2.575/2012; ● Compreender conceitos de Deontologia; Teoria e aplicações na PM; ● Fazer distinção entre ética e moral; Normas sociais, morais e jurídicas; Homem e a consciência reflexiva; A ética e as diferentes concepções.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004. MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais: teoria geral. Coleção Temas Jurídicos. São Paulo: Atlas, 2006. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. TOCANTINS. Poder Legislativo. Lei 2575 de 20 de abril de 2012 e suas alterações. _____. Poder Legislativo. Lei 2578 de 20 de abril de 2012. _____. Poder Legislativo. Lei Complementar nº 128 de 14 de abril de 2021.
COMPLEMENTAR	KIPPER, Délio José. Ética e prática: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. TEMER, Michel. Elementos do direito constitucional. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2000. SAFIOTTI, H. Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. DE SÁ, Antonio Lopes. Ética profissional . Atlas, 1996.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

DIREITO PENAL	
CONTEÚDOS	
Parte Geral: Teoria do Crime: Conceito, Princípios, fontes, aplicação da lei penal no tempo e espaço, elementos do crime, consumação e tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, dolo, culpa e preterdolo, relação de causalidade, ação e omissão, culpabilidade e erro, imputabilidade, excludentes de ilicitude, concurso de pessoas. Parte Especial: Crimes contra a vida, lesões corporais, periclitação da vida e da saúde, rixa, crimes contra a honra, crimes contra a liberdade pessoal, violação de domicílio, crimes contra a inviolabilidade da correspondência, crimes contra a inviolabilidade dos segredos, crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, usurpação, dano, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes, receptação, crimes contra a propriedade intelectual, crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos, crimes contra a dignidade sexual, crimes contra a incolumidade pública, crimes contra a paz pública, crimes contra a fé pública, crimes contra a administração pública. Legislação Penal Especial: Lei das Contravenções Penais, Lei de Drogas, Lei de Tortura, Lei de Abuso de Autoridade, Lei dos Crimes Hediondos, Crimes de Trânsito, Crimes Ambientais, Interceptação Telefônica, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Desarmamento, Lei Maria da Penha. Preservação do meio ambiente.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; ● Conhecer conceitos e princípios, fontes, aplicação da lei penal no tempo e espaço, elementos do crime; ● Conhecer os mecanismos de compreensão da Legislação Penal Especial: Lei das Contravenções Penais, Lei de Drogas, Lei de Tortura, Lei de Abuso de Autoridade, Lei dos Crimes Hediondos, Crimes de Trânsito, Crimes Ambientais, Interceptação Telefônica, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Desarmamento, Lei Maria da Penha.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Parte Geral – Parte Especial. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. JUNIOR, Marco Antonio Araújo. BARROSO, Darlan. Leis Penais Especiais. Col. Elementos do Direito, vol. 18. 2. Ed. São Paulo, 2013. GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. 7ª ed. São Paulo: Impetus, 2013.
COMPLEMENTAR	GRECO, Rogério. Atividade Policial – Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 5ª ed. São Paulo: Impetus, 2013. ASSIS, Jorge Cesar de. NEVES, Cícero Robson Coimbra. CUNHA, Fernando Luiz. Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas. 6ª edição. Curitiba: Juruá, 2006. SILVA JUNIOR. Azor Lopes da. Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial. São Paulo: Suprema Cultura, 2013. MASSON, Cleber. Direito penal. Parte Geral, v. 6, 2011.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	FRY, Peter; CARRARA, Sérgio. As vicissitudes do liberalismo no direito penal brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 2, n. 1, p. 48-54, 1986.
--	--



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

DIREITO PENAL MILITAR	
CONTEÚDOS	
Crimes contra a segurança Externa do País, crimes contra a autoridade ou disciplina militar, motim e revolta, aliciação e incitamento, violência contra superior ou militar de serviço, desrespeito a superior e a símbolo nacional ou farda, insubordinação, usurpação e do excesso ou abuso de autoridade, fuga de presos, crimes contra o serviço e dever militar, insubmissão, deserção, abandono de posto, dormir em serviço, embriaguez em serviço, exercício de comércio, homicídio e lesões corporais, genocídio, crimes sexuais, pederastia ou outro ato sexual, dano e dano culposos, crimes contra a administração militar.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; ● Conhecer os conceitos de Crimes contra a segurança Externa do País; ● Conhecer e aplicar o conhecimento dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar, motim e revolta, aliciação e incitamento, violência contra superior ou militar de serviço, desrespeito a superior e a símbolo nacional ou farda, insubordinação, usurpação e do excesso ou abuso de autoridade, fuga de presos, crimes contra o serviço e dever militar, insubmissão, deserção, abandono de posto, dormir em serviço, embriaguez em serviço, exercício de comércio, homicídio e lesões corporais, genocídio, crimes sexuais, pederastia ou outro ato sexual, dano e dano culposos, crimes contra a administração militar nas situações pertinentes.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	NEVES, Cícero Robson Coimbra. STREIFINGER, Marcelo. Manual de Direito Penal Militar. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012. LAZZARINI, Álvaro. Militar. Coleção Mini Códigos. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. ROSSETO, Ênio Luiz. Código Penal Militar Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.
COMPLEMENTAR	ASSIS, Jorge Cesar de. Comentários ao Código Penal Militar: Comentários, Doutrina, Jurisprudência dos Tribunais Militares e Tribunais Superiores. 6ª edição. Curitiba: Juruá, 2009. ASSIS, Jorge Cesar de. NEVES, Cícero Robson Coimbra. CUNHA, Fernando Luiz. Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas. 6ª edição. Curitiba: Juruá, 2006. NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Militar Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. SIMÕES, MAYKE MEDEIROS. ASPECTOS POLÊMICOS DO DIREITO PENAL MILITAR. 2015.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

EDUCAÇÃO FÍSICA I	
CONTEÚDOS	
Parte teórica: Conceito de saúde e doença; Relação entre qualidade de vida e desempenho no trabalho; Prevenção da saúde; Hábitos de manutenção da saúde; Treinamento físico; Avaliação diagnóstica; Teoria e prática: Condicionamento físico geral; Alongamento; Exercícios de flexibilidade; Corrida contínua; Fartlek; Circuit Training; Interval training; Exercícios isométricos, isocinéticos e isotônicos; Exercícios de ação / reação; Exercícios de coordenação motora; Teoria e prática de aplicação do T.A.F	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os principais conceito de saúde e doença; Relação entre qualidade de vida e desempenho no trabalho; ● Indetificar fontes de Prevenção da saúde; Hábitos de manutenção da saúde; Treinamento físico; Avaliação diagnóstica; ● Conhecer a teoria e prática de aplicação do T.A.F. Treinamento Físico Policial Militar específico para Avaliação de Desempenho Físico: flexão de braço sobre o solo, flexão na barra fixa em vertical,abdominal remador, natação policial militar e corrida policial militar método Cooper em 12 minutos.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BAECHE, Thomas R. EARLE, Roger W. Fundamentos do treinamento de força e do condicionamento. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009. BRASIL. Ministerio da Defesa. Manual de Campanha, Treinamento Físico Militar C20-20. 3 ed. Brasília, 2002. GONÇALVES, Aguinaldo; PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação física e saúde. Motriz , v. 5, n. 1, p. 15-17, 1999.
COMPLEMENTAR	GUYTON, Arthur C. HALL, John E. Tratado de Fisiologia Médica. 12. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MACARDLE, Willian D. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e esempenho humano. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. HEYWARD, Vivian H. Avaliação Física e prescrição de exercício: técnicas avançadas. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. MONTEIRO, Henrique Luiz et al. Fatores socioeconômicos e ocupacionais e a prática de atividade física regular: estudo a partir de policiais militares em Bauru, São Paulo. Motriz , v. 4, n. 2, p. 345-350, 1998. SILVA, Saulo de Tarso Sanson. Análise dos testes de capacidade física no ingresso da Polícia Militar do Paraná.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
CONTEÚDOS	
Compreendendo a concepção de criança e adolescente; Direitos da criança e do adolescente: a proteção integral do ECA; Adolescentes em conflito com a lei; Prevenção: proteção aos direitos da criança e do adolescente.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Compreender a concepção de criança e adolescente; ● Conhecer e incorporar à memória os direitos da criança e do adolescente: a proteção integral do ECA; ● Inferir e examinar as informações sobre os Adolescentes em conflito com a lei, conhecer os mecanismos de prevenção: proteção aos direitos da criança e do adolescente.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ALVES, Larissa Conceição Bonfim. A imputabilidade do menor no Direito Penal. Monografia de conclusão do Curso de Direito no Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002. COLPANI, Carla Fornari. A responsabilização penal do adolescente infrator e a ilusão de impunidade. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 162, 15 dez. 2003. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4600 . COLPANI, Carla Fornari. Manual para a medição dos indicadores da justiça juvenil. Escritório de Drogas e Crime da Unicef. 2006. Disponível em: http://www.abmp.org.br/UserFiles/File/manual_indicadores_justica_juvenil.pdf .
COMPLEMENTAR	GOMES, Luiz Flávio. Redução da maioridade penal. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 1338, 1 mar. 2007. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9552 . DIGIÁCOMO, Murillo José; DE AMORIM DIGIÁCOMO, Ildeara. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. CEP, v. 80230, p. 110, 2010. ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. Estatuto da Criança e do Adolescente. Comentado artigo por , 2014. DE CASTRO BEZERRA, Saulo. Estatuto da Criança e do Adolescente: marco da proteção integral. Violência faz mal à saúde , 2004. VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVEIRA, Mayra. Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Conceito Editorial , 2011.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

POLICIAMENTO GERAL	
CONTEÚDOS	
POP 101 - Equipamento de proteção e porte individual; POP 201 - Abordagem a pessoa(s) em atitude(s) suspeita(s); POP 202 - Abordagem a pessoas infratoras da lei; POP 206 - Abordagem a veículo ocupado por infratores da Lei; POP 207 - Abordagem a veículo sob fundada suspeita; POP 301 - Patrulhamento com viatura de quatro rodas; POP 401 - Ponto de estacionamento de viatura; POP 402 - Acompanhamento e cervo a veículo; POP 406 - Atendimento emergencial – 190; POP 407 - Passagem de serviço motorizado; POP 409 - Preservação do local de crime; POP 601 - Alarme acionado em edificações; POP 602 - Atendimento de roubo a banco.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O POP, manual doutrinário, constitui a direção a ser definida para o policial militar, pois a partir dos conhecimentos nele contidos terá subsídios teóricos e práticos suficientes para o agente de segurança pública adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade e do Estado. Com a consolidação de doutrinas de policiamento ostensivo e preventivo voltadas para o constante aprimoramento técnico e o respeito aos direitos humanos, contidos no POP, busca-se atingir a missão institucional da PMTO, que é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.”	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DO MINISTRO, Gabinete et al. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. 2011. SANTANA, Vanderson Silva. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: análise jurídica do emprego de algemas e sua relação com princípios constitucionais. 2015. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.
COMPLEMENTAR	HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. Código tributário nacional. Comentado. São Paulo: Ridel , 2012. MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-2 VOLUMES . Saraiva Educação SA, 2017. FERNANDES, Osmar Machado. DO PROCESSO PENAL MILITAR UMA VISÃO CRÍTICA. Revista Direito , 2016. NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . Saraiva Educação SA, 2014.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ABORDAGENS POLICIAIS	
CONTEÚDOS	
Princípios e aspectos norteadores da Abordagem policial; Processos da Abordagem Policial: Abordagem a pessoas suspeitas em grupo; Abordagem em Estabelecimentos Comerciais; Abordagem a Veículos (motos, veículos de passeio, caminhões e ônibus); Abordagem a edificações e Técnicas de Varredura em edificações; Tipos de Busca Pessoal; Técnicas de utilização de algemas e verbalização; Técnicas de condução e contra-emboscada; Técnicas de abordagens de alto risco.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O POP, manual doutrinário, constitui a direção a ser definida para o policial militar, pois a partir dos conhecimentos nele contidos terá subsídios teóricos e práticos suficientes para o agente de segurança pública adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade e do Estado. Com a consolidação de doutrinas de policiamento ostensivo e preventivo voltadas para o constante aprimoramento técnico e o respeito aos direitos humanos, contidos no POP, busca-se atingir a missão institucional da PMTO, que é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.”	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DO MINISTRO, Gabinete et al. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. 2011. SANTANA, Vanderson Silva. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: análise jurídica do emprego de algemas e sua relação com princípios constitucionais. 2015. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO. BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1989. BRASIL. Código de Processo Penal.
COMPLEMENTAR	HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. Código tributário nacional. Comentado. São Paulo: Ridel , 2012. MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-2 VOLUMES . Saraiva Educação SA, 2017. FERNANDES, Osmar Machado. DO PROCESSO PENAL MILITAR UMA VISÃO CRÍTICA. Revista Direito , 2016. NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . Saraiva Educação SA, 2014.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

SITUAÇÕES DE CRISE	
CONTEÚDOS	
POP 603 - Ações antibomba; POP 604 - Reintegração de posse; POP 605 - Medidas iniciais de gerenciamento de crises; POP 702 - Ocorrência com apoio do policiamento aéreo; POP 703 - Ocorrência com apoio do policiamento com cães.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O POP, manual doutrinário, constitui a direção a ser definida para o policial militar, pois a partir dos conhecimentos nele contidos terá subsídios teóricos e práticos suficientes para o agente de segurança pública adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade e do Estado. Com a consolidação de doutrinas de policiamento ostensivo e preventivo voltadas para o constante aprimoramento técnico e o respeito aos direitos humanos, contidos no POP, busca-se atingir a missão institucional da PMTO, que é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.”	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DO MINISTRO, Gabinete et al. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. 2011. SANTANA, Vanderson Silva. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: análise jurídica do emprego de algemas e sua relação com princípios constitucionais. 2015. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO..
COMPLEMENTAR	HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. Código tributário nacional. Comentado. São Paulo: Ridel , 2012. MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-2 VOLUMES . Saraiva Educação SA, 2017. FERNANDES, Osmar Machado. DO PROCESSO PENAL MILITAR UMA VISÃO CRÍTICA. Revista Direito , 2016. NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . Saraiva Educação SA, 2014.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

CONTENÇÃO E IMOBILIZAÇÃO	
CONTEÚDOS	
POP 102 - Uso de algemas; POP 103 - Uso do espargidor de agente OC; POP 105 - Uso do bastão policial.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O POP, manual doutrinário, constitui a direção a ser definida para o policial militar, pois a partir dos conhecimentos nele contidos terá subsídios teóricos e práticos suficientes para o agente de segurança pública adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade e do Estado. Com a consolidação de doutrinas de policiamento ostensivo e preventivo voltadas para o constante aprimoramento técnico e o respeito aos direitos humanos, contidos no POP, busca-se atingir a missão institucional da PMTO, que é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.”	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DO MINISTRO, Gabinete et al. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. 2011. SANTANA, Vanderson Silva. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: análise jurídica do emprego de algemas e sua relação com princípios constitucionais. 2015. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.
COMPLEMENTAR	MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-2 VOLUMES . Saraiva Educação SA, 2017. FERNANDES, Osmar Machado. DO PROCESSO PENAL MILITAR UMA VISÃO CRÍTICA. Revista Direito , 2016. NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . Saraiva Educação SA, 2014. HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. Código tributário nacional. Comentado. São Paulo: Ridel , 2012.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

USO SELETIVO DA FORÇA	
CONTEÚDOS	
POP 106 - Manutenção de 1º escalão em revólver calibre .38; POP 107 - Manutenção de 1º escalão na pistola PT 100, PT 940, Imbel MD1 e Imbel MD5, todas no calibre .40 S&W; POP 108 - Uso seletivo da força policial. POP 603 - Ações antibomba; POP 604 - Reintegração de posse.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O POP, manual doutrinário, constitui a direção a ser definida para o policial militar, pois a partir dos conhecimentos nele contidos terá subsídios teóricos e práticos suficientes para o agente de segurança pública adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade e do Estado. Com a consolidação de doutrinas de policiamento ostensivo e preventivo voltadas para o constante aprimoramento técnico e o respeito aos direitos humanos, contidos no POP, busca-se atingir a missão institucional da PMTO, que é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.”	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DO MINISTRO, Gabinete et al. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. 2011. SANTANA, Vanderson Silva. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: análise jurídica do emprego de algemas e sua relação com princípios constitucionais. 2015. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.
COMPLEMENTAR	HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. Código tributário nacional. Comentado. São Paulo: Ridel , 2012. MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-2 VOLUMES . Saraiva Educação SA, 2017. FERNANDES, Osmar Machado. DO PROCESSO PENAL MILITAR UMA VISÃO CRÍTICA. Revista Direito , 2016. NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . Saraiva Educação SA, 2014.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

OCORRÊNCIAS POLICIAIS	
CONTEÚDOS	
POP 501 - Procedimentos comuns em atendimento de ocorrências policiais; POP 506 - Violência doméstica e familiar contra a mulher; POP 511 - Ocorrência envolvendo substâncias supostamente ilegal; POP 512 - Busca e apreensão domiciliar; POP 513- Ocorrência envolvendo indígena.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O POP, manual doutrinário, constitui a direção a ser definida para o policial militar, pois a partir dos conhecimentos nele contidos terá subsídios teóricos e práticos suficientes para o agente de segurança pública adequar as várias situações impostas no dia-a-dia à necessidade da sociedade e do Estado. Com a consolidação de doutrinas de policiamento ostensivo e preventivo voltadas para o constante aprimoramento técnico e o respeito aos direitos humanos, contidos no POP, busca-se atingir a missão institucional da PMTO, que é “assegurar a ordem pública no território tocantinense, através do exercício da polícia ostensiva, buscando a excelência e a parceria com a comunidade.”	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DO MINISTRO, Gabinete et al. Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010. 2011. SANTANA, Vanderson Silva. SÚMULA VINCULANTE Nº 11 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: análise jurídica do emprego de algemas e sua relação com princípios constitucionais. 2015. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.
COMPLEMENTAR	HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. Código tributário nacional. Comentado. São Paulo: Ridel , 2012. MARTINS, IVES GANDRA DA SILVA. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL-2 VOLUMES . Saraiva Educação SA, 2017. FERNANDES, Osmar Machado. DO PROCESSO PENAL MILITAR UMA VISÃO CRÍTICA. Revista Direito , 2016. NEVES, Cícero Robson Coimbra. Manual de direito processual penal militar . Saraiva Educação SA, 2014.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

POLÍCIA COMUNITÁRIA	
CONTEÚDOS	
Módulo 1 - Processo Conhecer. Módulo 2 - Processo Normatizar. Módulo 3 - Processo Conscientizar. Módulo 4 - Processo Difundir. Módulo 5 - Boas Práticas de Polícia Comunitária.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Compreender os debates em torno do tema; ● Analisar os seus pontos forte da Polícia Comunitaria; ● Conhecer as técnicas específicas do processo difusão da Polícia Camunitária; ● Conhecer as boas Práticas de Polícia Comunitária.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BRANDÃO, Ailton Araújo e outros. Programa de Policiamento Comunitário - Sistema Koban - Adaptado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. 3 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2011. COHEN, R. Allan; FINK, L. Stephen. Comportamento Organizacional: conceitos e estudos de casos. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. PERES, JÚLIO CEZAR ARAÚJO. Polícia Comunitária. Polícia e Comunidade na busca de soluções conjuntas para os problemas de segurança. Porto Alegre. 3ª Ed, 2001.
COMPLEMENTAR	SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. Nova Polícia: inovações na Polícia de seis cidades norte-americanas. Tradução de Geraldo G.de Souza. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2001 (Série Polícia e Sociedade, n. 2). TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. São Paulo. Editora Parma. 2 ed. São Paulo, 1999. DE CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. Revista brasileira de segurança pública , v. 9, n. 2, 2015. PENA, William Júnio. A aplicação da polícia comunitária. 2019. DA SILVA NETO, Waldemar Olímpio; ANDRADE, Paulo Henrique Garcia. A eficácia da polícia comunitária como estratégia de política criminal. Revista Científica da Faculdade Quirinópolis , v. 2, n. 11, p. 238-243, 2021.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	
CONTEÚDOS	
Legislação de trânsito e respeito ao meio ambiente; Direção defensiva; Noções de primeiros socorros; Relacionamento interpessoal e convívio social no trânsito	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
O Curso para Condutores de Veículos de Emergência é exigido dos profissionais que conduzam veículos considerados de emergência, quando em efetiva prestação de serviço de urgência, onde se incluem, portanto, os agentes de segurança pública. Essa circulação diferenciada justifica treinamento especializado para o exercício das prerrogativas de trânsito, sem colocar em risco os demais usuários da via. O curso para Condutores de Veículos de Emergência busca resgatar uma atitude humanística e de respeito à vida na ação dos agentes públicos, quando do uso de veículos em situação de emergência, reduzindo os sinistros que envolvem esses agentes e demais personagens do trânsito.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaque das diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE, Guidelines CPR ECC, 2010. BRASIL. Direção defensiva: segurança no Trânsito. 3ª edição. Porto Alegre: SENAI/FIERGS -, 1995. FAVERO, Altamiro de Oliveira. A capacitação do agente público e a condução de veículos de emergência. Gestão de Trânsito-Unisul Virtual , 2017.
COMPLEMENTAR	BRASIL. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. - PAULUS, Adilson Antônio. Infrações de trânsito: procedimentos práticos. 5ª ed. Santo Ângelo: Nova Geração do Trânsito, 2013. LISBOA, Iuri Egidio; PINTO, Clício Gustavo de Oliveira. A capacitação do profissional de segurança pública na condução de veículos de emergência. 2019. EGIDIO, IURI. A CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA. 2018. DORILEO, André Wilian. A direção policial preventiva como possibilidade de controle do número de acidentes com vítimas na polícia militar do estado de mato grosso. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública , v. 7, n. 1, 2014. COSTA, Klébica Ribeiro da. Letramento no trânsito: eventos e práticas na formação de condutores de veículos . 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ORDEM UNIDA II	
CONTEÚDOS	
Instrução Individual com Arma: Posições: Sentido, Descansar, Cobrir e Perfilar; em forma e fora de forma; Movimentos com arma: Ombro-arma, Apresentar-arma, Cruzar arma, Descansar arma, Arma suspensa, Em bandoleira-arma, Armar e desarmar baioneta, Arma na mão, Ao solo arma, Em funeral arma; Movimentos c/ arma em marcha: Ombro arma, Cruzar arma, Marcha e voltas. Instrução coletiva: Formações; Em linha por uma ou mais fileiras; Formação por altura; Formatura – Entrada em forma; Saída de forma; Cobrir, Perfilar; Deslocamentos e mudanças de direção; Continência em marcha; Toques de corneta.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os Conceito de Ordem Unida; ● Compreender os elementos para realização de Ordem Unida; ● Conhecer a Legislação e regulamentos militares pertinente à corporação.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Manual de Campanha - Ordem Unida: C 22-5. 3ª ed. Brasília: EME, 2000. FARIA-LIDER, RICARDO. MANUAL DE ORDEM UNIDA. BEZERRA, Robson Ronaldo Vidal. A Aplicabilidade da Ordem Unida na Formação Moral do Militar e na Preparação para a Guerra. O Adjunto: Revista Pedagógica da Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas , v. 7, n. 1, p. 35-40, 2019.
COMPLEMENTAR	APÊNDICE, E. 01. Como você se percebe nos treinamentos para a formatura (Ordem Unida) no. A interação de alunas do Colégio Militar do Rio de Janeiro em atividades escolares e práticas corporais , p. 78, 2015. ESTADO-MAIOR, Brasil Exército. Ordem unida. 2000. LEITE, Vitor Costa. A formação profissional do Soldado Bombeiro Militar de Minas Gerais: análise da malha curricular do Curso de Formação de Soldados. 2018. FERREIRA, Paulo Vinícius dos Santos. Hierarquia, Disciplina e Cidadania: elementos reformadores e conservadores na formação de soldados da PMBA. 2017. HAMADA, Hélio Hiroshi. As transformações no sistema de ensino da Polícia Militar de Minas Gerais: um estudo histórico dos modelos de formação profissional. Paidéia , 2013.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO	
CONTEÚDOS	
Conceitos, finalidade, princípios, sistemas processuais, persecução penal, notícia crime, inquérito policial, ação penal (pública, privada, subsidiária, condicionada e incondicionada), jurisdição e competência, Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95), Termo Circunstanciado de Ocorrência, provas (teoria geral e provas em espécie), prisões e liberdade provisória.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; ● Conhecer os conceitos, finalidade, princípios, sistemas processuais, persecução penal, notícia crime, inquérito policial, ação penal (pública, privada, subsidiária, condicionada e incondicionada), jurisdição e competência, Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95); ● Conhecer e aplicar o Termo Circunstanciado de Ocorrência, provas (teoria geral e provas em espécie), prisões e liberdade provisória nas situações pertinentes.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. OLIVEIRA, Eugênio Pacheli de. Curso de Processo Penal. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. RANGEL, Paulo C. Direito Processual Penal. 21ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2013.
COMPLEMENTAR	GRECO, Rogério. Atividade Policial – Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. 5ª ed. São Paulo: Impetus, 2013. SILVA JUNIOR, Azor Lopes da. Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial. São Paulo: Suprema Cultura, 2013. ASSIS, Jorge Cesar de. NEVES, Cícero Robson Coimbra. CUNHA, Fernando Luiz. Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas. 6ª edição. Curitiba: Juruá, 2006. LOPES JR, Aury. Direito processual penal . Saraiva Educação SA, 2018.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	
CONTEÚDOS	
Conceitos, fontes e princípios, aplicação subsidiária do Processo Penal Comum, Jurisdição e Competência: Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual, distinções; Polícia Judiciária Militar (exercício e competências), Medidas Preliminares; Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Processo de Deserção, prisões e liberdade provisória; As consequências da prisão do art. 18 do Código de Processo Penal Militar.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; ● Conhecer e aplicar os conceitos, fontes e princípios, aplicação subsidiária do Processo Penal Comum, Jurisdição e Competência: Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual, distinções; Polícia Judiciária Militar (exercício e competências), Medidas Preliminares; Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante Delito e Processo de Deserção, prisões e liberdade provisória; As consequências da prisão do art. 18 do Código de Processo Penal Militar.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ASSIS, Jorge Cesar de. Código de Processo Penal Militar Anotado. 1º volume (artigos 1º ao 383) 4ª edição. Curitiba: Juruá, 2012. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Militar Comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. LAZZARINI, Álvaro. Militar. Coleção Mini Códigos. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
COMPLEMENTAR	LOBÃO, Célio. Direito processual penal militar. Justiça Militar Federal / Justiça Militar Estadual. São Paulo: Método, 2009. ASSIS, Jorge Cesar de. NEVES, Cícero Robson Coimbra. UNHA, Fernando Luiz. Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas. 6ª edição. Curitiba: Juruá, 2006. ASSIS, Jorge Cesar de. Direito Militar, Aspectos Penais, Processuais Penais e Administrativos. 2ª edição. Curitiba: Juruá, 2008. MINANI, Ademir Antonio. Noções De Direito Militar. Clube de Autores, 2018.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO	
CONTEÚDOS	
Conceito, objeto, conteúdo e hierarquia do Direito Constitucional, Teorias Constitucionais, Classificação das Constituições. Direito Constitucional Positivo: A Constituição Federal de 1988. Princípios Constitucionais do Estado Brasileiro: República, Estado Democrático de Direito, Federalismo, separação de Poderes e os Princípios Constitucionais Internacionais. Direitos e Garantias Fundamentais. Dos direitos Individuais, Direitos sociais, Direito à Nacionalidade, Direitos Políticos. Teoria Geral dos Direitos Humanos: formação e evolução. Servidores Militares Estaduais. A Segurança Pública na Constituição. Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Ação Popular, Ação Civil Pública.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva nas situações pertinentes; ● Conhecer e aplicar os Conceito, objeto, conteúdo e hierarquia do Direito Constitucional, Teorias Constitucionais, Classificação das Constituições; ● Conhecer e incorporar à memória os conceitos e princípios de Direito Constitucional Positivo: A Constituição Federal de 1988. Princípios Constitucionais do Estado Brasileiro: República, Estado Democrático de Direito, Federalismo, separação de Poderes e os Princípios Constitucionais Internacionais. Direitos e Garantias Fundamentais. Dos direitos Individuais, Direitos sociais, Direito à Nacionalidade, Direitos Políticos. Teoria Geral dos Direitos Humanos: formação e evolução. Servidores Militares Estaduais; ● Inferir e examinar as informações concretas, para concluir, deduzir sentidos implícitos que possam estar subtilmente indicados nos conceitos de Segurança Pública na Constituição, Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Ação Popular, Ação Civil Pública.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. COELHO, Inocêncio Martires; MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 25ª edição. São Paulo: Atlas, 2009
COMPLEMENTAR	SAMPAIO, José Adércio Leite. Direitos Fundamentais. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado®. Saraiva Educação SA, 2017. PÚBLICO, Direito; COMO FORMA DE ESTADO, Federação. Direito Constitucional. Public Law. Constitutional Law.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO	
CONTEÚDOS	
Conceito de Direito Administrativo, Fontes, Administração Pública, Estrutura, Poderes, Entidades, Órgãos e Agentes Públicos, Atividade Administrativa, Poderes Administrativos e Políticos, Atributos, Atos Administrativos, Serviços Públicos, Servidores Públicos, Deveres e Direitos, Responsabilidades, Cargo, Emprego e Função, Forma de Provimento, Vacância e normas Disciplinadoras, Organização Administrativa Brasileira.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Compreender os Conceito de Direito Administrativo, Fontes, Administração Pública, Estrutura, Poderes, Entidades, Órgãos e Agentes Públicos; ● Inferir e examinar as informações concretas sobre os Serviços Públicos, Servidores Públicos, Deveres e Direitos, Responsabilidades, Cargo, Emprego e Função, Forma de Provimento, Vacância e normas Disciplinadoras, Organização Administrativa Brasileira.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 38ª ed. São Paulo. 2012; BANDEIRA DE MELO, Celso Antonio. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo. 2011. SOUSA, Nuno J. Vasconcelos Albuquerque. Noções de direito administrativo . Coimbra Editora, 2011.
COMPLEMENTAR	ASSIS, Jorge Cesar de. NEVES, Cícero Robson Coimbra. CUNHA, Fernando Luiz. Lições de Direito para a Atividade das Polícias Militares e das Forças Armadas. 6ª edição. Curitiba: Juruá, 2006. RIBAS, Antonio Joaquim. Direito administrativo brasileiro. 1968. PIETRO, Maria Sylvia Zanela Di. Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo: Atlas 2013. MEDAUAR, Odete et al. Direito administrativo moderno . Editora Revista dos Tribunais, 2008.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS	
CONTEÚDOS	
Aspectos normativos - conceitos fundamentais, doutrinas, aspectos relacionados a valores e princípios, características, conceitos básicos, concepções táticas, leis, normas diretrizes, técnicas e processos que tem por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego da corporação na preservação da ordem pública e nas missões decorrentes da situação de força auxiliar e reserva do exército, no âmbito do respectivo estado membro. Tropa de choque; Policiamento de choque; ocorrência de Choque; Princípio da fidelidade doutrinária; controle de manifestação; controle de tumultos; Controle de Distúrbios Internos; Motim; Ordem Pública; Perturbação da Ordem Pública. Competência legal; Estudo de Massas; Técnica de CDC - princípios da atividade da tropa de choque; pelotão de choque; formações do pelotão de choque; tecnologia de menor potencial ofensivo.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Compreender os Aspectos normativos - conceitos fundamentais, doutrinas, aspectos relacionados a valores e princípios, características, conceitos básicos, concepções táticas, leis, normas diretrizes, técnicas e processos que tem por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego da corporação na preservação da ordem pública e nas missões decorrentes da situação de força auxiliar e reserva do exército, no âmbito do respectivo estado membro; ● Conhecer os elementos da Tropa de choque; Policiamento de choque; ocorrência de Choque; Princípio da fidelidade doutrinária; controle de manifestação; controle de tumultos; Controle de Distúrbios Internos; Motim; Ordem Pública; Perturbação da Ordem Pública. Competência legal; Estudo de Massas; Técnica de CDC - princípios da atividade da tropa de choque; pelotão de choque; formações do pelotão de choque; tecnologia de menor potencial ofensivo.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BARRETO, Gustavo Henrique Lins. M 03 PMRN: Manual Técnico – Operações de Choque. Natal: PMRN, 2013. BRASILINO, Cleiber Levy Gonçalves. Dever do Estado em Fornecer Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo AOS INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS COM O ADVENTO DA LEI 13.060/14. Academia Policial Militar Tiradentes, Palmas, 2017. DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar do Distrito Federal. Companhia de Polícia de Choque. Manual de Operações de Choque(E-2-PM) - 2a edição – 2014.
COMPLEMENTAR	ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar do Espírito Santo. Manual de Operações de Choque. PMES: 2012. GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. Manual de Operações de Choque. PMGO: 2015. MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Manual TÉCNICO-PROFISSIONAL No 3.04.10/2013-CG: Regula a Prática Policial Especial de Policiamento de Choque nas Operações de Controle de Distúrbios na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG – Comando-Geral, 2013. NETTO, Fernando Antunes. A Intervenção Policial em Manifestações Públicas Reivindicatórias. Academia de Polícia Militar. Centro de Pesquisa e Pós Graduação, Belo Horizonte, 2012.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	PARÁ. Polícia Militar do Estado do Pará. Manual de Operações de Choque. PMPA: 2009. SÃO PAULO. Polícia Militar do Estado de São Paulo. Manual Policial Militar: Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar. 5ª ed. São Paulo: [s.n.], 2018. TOCANTINS. Polícia Militar do Tocantins. Doutrina de Operações de Choque. 2ª Ed. 2018.
--	---



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E PREVENÇÃO	
CONTEÚDOS	
Violência e criminalidade: definições, classificações e implicações; Prevenção e controle da violência e do crime; O papel da polícia na prevenção e controle da violência, do crime e da desordem.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer conceitos e taxonomias que vêm sendo utilizadas como referências para o desenvolvimento de mecanismos de compreensão dos fenômenos da violência, do crime e da desordem; ● Implementar medidas de prevenção e controle da violência e do crime; ● Apresentar ideias e possíveis soluções originais para a redução das taxas de violência e crimes; ● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	CERQUEIRA, D. CARVALHO, A., RODRIGUES, R.I. E LOBÃO, W. Análise dos custos e consequências da violência no Brasil. Brasília: IPEA, 2007. CERQUEIRA, D. Causas e consequências do crime no Brasil. Rio de Janeiro: PUC, 2010. (Tese de Doutorado). SÁ, Francisco José de. Violência, criminalidade e prevenção: fatores de controle e ação. 2008.
COMPLEMENTAR	WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência 2011: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. DE ANDRADE CARNEIRO, Leonardo; DE OLIVEIRA, Nilton Marques. Crimes violentos e suas implicações no desenvolvimento regional: uma revisão da literatura. Research, Society and Development , v. 9, n. 6, p. e199963626-e199963626, 2020. FAJNZYLBER, Pablo; ARAUJO JR, Ari. Violência e criminalidade. Microeconomia e sociedade no Brasil , p. 333-394, 2001. GUERRA, Andréa Máris Campos et al. Violência urbana, criminalidade e tráfico de drogas: uma discussão psicanalítica acerca da adolescência. Psicologia em Revista , v. 18, n. 2, p. 247-263, 2012. GOMES, Sílvia; DUARTE, Vera; LEOTE DE CARVALHO, Maria João. Violência e criminalidade. Configurações. Revista Ciências Sociais , n. 16, p. 7-10, 2015.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO APLICADA	
CONTEÚDOS	
Cargas perigosas; Legislação de trânsito - Sistema Nacional de Trânsito; Processo Administrativo; Regras de circulação; Vias, velocidade e sinalização: Sonora e Horizontal; Documentação do condutor; Documentação e identificação do veículo; Penalidades; Medidas Administrativas; Infrações e crimes de Trânsito; Preenchimento do auto de infração; Preenchimento de auto de remoção.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Compreender os Conceito de Legislação de trânsito - Sistema Nacional de Trânsito; ● Inferir e examinar as informações sobre Processo Administrativo; Regras de circulação; Vias, velocidade e sinalização: Sonora e Horizontal; Documentação do condutor; Documentação e identificação do veículo; ● Conhecer e compreender os aspectos gerais sobre as Penalidades; Medidas Administrativas; Infrações e crimes de Trânsito; Preenchimento do auto de infração; Preenchimento de auto de remoção.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BEM, Leonardo Shimitt de. Direito penal de trânsito. 3. ed. ampl. atual. e rev. Saraiva. 2015. CRISTO, Fábio de. Psicologia e trânsito: reflexões para pais, educadores e futuros condutores. Casa do Psicólogo. 2013. GOMES, Ordeli Savedra. Código de trânsito brasileiro comentado e legislação complementar. Jurua. 2015.
COMPLEMENTAR	JESUS, Damasio E. De. Crimes de trânsito. Saraiva. 2014. KLEINUBING, Rodrigo; Negrine Neto, Osvaldo. Dinâmica dos acidentes de trânsito: análises, reconstruções e prevenção. Millennium. 2012. LEITE DE ALMEIDA, Lino. Manual de perícias em acidentes de trânsito. Millennium. 2015. MANUAL para atendimento de emergências com produtos perigosos. São Paulo: Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM), 2011. MARCÃO, Renato. Crimes de trânsito: anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei 9.503, de 23-9-1997. 5. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com a Lei n. 12.971/2014. MARTINS, Sidney. Multas de trânsito: defesa prévia e processo punitivo. Juruá. 2010. NETO, Osvaldo Negrini; KLEINÜBING, Rodrigo. Dinâmica dos acidentes de trânsito: análises, reconstruções e prevenção. 4. ed. Campinas, SP: Millennium Editora, 2012.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

DEFESA PESSOAL APLICADA A SEGURANÇA PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Introdução teórica a defesa pessoal; Elementos básicos da defesa pessoal; Iniciação do treinamento de defesa contra armas brancas; Oficinas de vivenciamento.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Compreender a teoria de defesa pessoal; ● Conhecer os elementos básicos da defesa pessoal; ● Compreender os elementos para iniciação do treinamento de defesa contra armas brancas; ● Realizar Oficinas de vivenciamento.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	DEFENSE CIVIL OU POLICIAL. [internet]. Disponível em: http://www.institutotachibana.com.br/defense . Acesso em 24 de março de 2018. TARTAGLIA, Alexandre Lopes. DEFESA PESSOAL PARA POLICIAIS MILITARES DO 12º BATALHÃO. Linhares, 2012. Disponível em: http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/3781303.pdf Acesso em 26 de março de 2018. BERTAZZO FILHO, José Inácio. O PROGRAMA PADRÃO DE QUALIFICAÇÃO DO CABO E DO SOLDADO INFANTE POLICIAL (PPQ 07-29): ATIVIDADES DE INSTRUÇÃO A SEREM IMPLEMENTADAS. Giro do Horizonte, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: http://ebrevistas.eb.mil.br/GH/article/download/2277/1834 .
COMPLEMENTAR	KOSTOPULOS, Dimitrios. Pontos-gatilhos Mio faciais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogn, 2007. TZU, Sun. Tradução Sueli Barros Cassal. A Arte da Guerra. Porto Alegre: L&PM, 2000. FERRÃO, João. A importância da formação em defesa pessoal na GNR. 2013. Tese de Doutorado. Academia Militar. Direção de Ensino. SOUZA, Elias Ariel de. Defesa policial: esforço não letal anterior ao esforço letal. SPINOSA, Silva. A DEFESA PESSOAL E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELO POLICIAL-MILITAR. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Evolução histórica e fundamentação teórica do planejamento; Metodologias de diagnóstico prévio ao planejamento; Desenvolvimento do planejamento estratégico; Sistemas de planejamento estratégico.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer a evolução histórica e fundamentação teórica do planejamento; ● Ser capaz de gerenciar o conhecimento de modo que seja capturado, distribuído e utilizado de forma efetiva dentro de uma organização; ● Capacidade de gerenciar o capital humano para integração e desenvolvimento estratégico; ● Desenvolver planejamento estratégico e potencializar resultados; ● Processar informações detalhadas de forma eficaz e consistente; ● Aumentar a autopercepção de resolução de problemas; ● Apresentar ideias e possíveis soluções originais em situações complexas.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	CERTO, Samuel C. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 10ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. FERREIRA, Nilton José Costa. Planejamento estratégico em segurança pública. Observatório de Segurança Pública da Bahia , v. 10, n. 03, 2008.
COMPLEMENTAR	CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho R. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1991. CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Planejamento estratégico da segurança pública. Revista Conjuntura Econômica , v. 57, n. 3, p. 54-57, 2003. BIRCHAL, Fabiano Fernandes Serrano; ZAMBALDE, André Luiz; BERMEJO, Paulo Henrique de Souza. Planejamento estratégico situacional aplicado à segurança pública em Lavras (MG). Revista de Administração Pública , v. 46, n. 2, p. 523-545, 2012. DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriam. Avaliação e desempenho em segurança pública. Segurança, Justiça e Cidadania. Ministério da Justiça , ano, v. 3, 2011.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE SAÚDE MILITAR	
CONTEÚDOS	
Regulamento Interno: Da Diretoria de Saúde e Promoção Social – DSPS; Da Finalidade; Da Subordinação; Da Composição; Das Atribuições Orgânicas e Funcionais; Das Prescrições Diversas.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Aprimorar as habilidades e competências do Policial Militar do Quadro da Saúde às necessidades institucionais, desenvolvendo suas aptidões ao exercício da função.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Regimento Interno da Polícia Militar. 2ª Ed. 2020. TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. POP-DPSP. 2020.
COMPLEMENTAR	TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Instrução Normativa. 2018.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

NORMAS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE NA POLÍCIA MILITAR	
CONTEÚDOS	
Procedimento Operacional Padrão Nº 01/2020 - Diretoria de Saúde e Promoção Social; INSTRUÇÃO NORMATIVA - Diretoria de Saúde e Promoção Social.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Aprimorar as habilidades e competências do Policial Militar do Quadro da Saúde às necessidades institucionais, desenvolvendo suas aptidões ao exercício da função.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Regimento Interno da Polícia Militar. 2ª Ed. 2020. TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. POP-DPSP. 2020.
COMPLEMENTAR	TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Instrução Normativa. 2018.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

PATRULHAMENTO E ABORDAGEM POLICIAL	
CONTEÚDOS	
Princípios e aspectos norteadores da Abordagem policial; Processos da Abordagem Policial: Abordagem a pessoas suspeitas em grupo; Abordagem em Estabelecimentos Comerciais; Abordagem a Veículos (motos, veículos de passeio, caminhões e ônibus); Abordagem a edificações e Técnicas de Varredura em edificações; Tipos de Busca Pessoal; Técnicas de utilização de algemas e verbalização; Técnicas de condução e contra-emboscada; Técnicas de abordagens de alto risco.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Aprimorar as habilidades e competências do Policial Militar do Quadro de combatente às necessidades institucionais, desenvolvendo suas aptidões ao exercício da função.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1989. BRASIL. Código de Processo Penal. BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres / Presidência da República, 2006b.
COMPLEMENTAR	TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO. WASELFSZ, Julio Jacobo (2010). Mapa da Violência 2010-Anatomia dos Homicídios no Brasil . Instituto Sangari. MACHADO, L. Z. Feminismo em movimento. 1ª Edição. São Paulo: Editora Francis, 2010. Volume 1, 188 páginas. SOARES, Bárbara. Enfrentando a Violência contra as Mulheres: Orientações práticas para profissionais e voluntários. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

PRINCÍPIOS DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	
CONTEÚDOS	
Desde 2003, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) possui Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para a implementação de ações voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher. A atualização e a oferta deste curso fazem parte das ações promovidas no âmbito desse acordo. Elaborado com base em questões importantes, que podem ajudá-la/lo a compreender o tema, e com base na apresentação dos aspectos legais e procedimentais, que podem orientar a sua conduta como profissional da área de segurança pública, espera-se que o curso possa contribuir no sentido de garantir a todas as mulheres em situação de violência um atendimento qualificado e humanizado, bem como a sua proteção nos casos de ameaça e risco de morte. Os dados e as causas da violência contra as mulheres; Os tipos e os mitos sobre a violência contra as mulheres; Analisando os aspectos legais; Analisando os aspectos procedimentais	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Aprimorar as habilidades e competências do Policial Militar do Quadro de combatente às necessidades institucionais, desenvolvendo suas aptidões ao exercício da função.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1989. BRASIL. Código de Processo Penal. BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres / Presidência da República, 2006b.
COMPLEMENTAR	TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO. WASELFSZ, Julio Jacobo (2010). Mapa da Violência 2010-Anatomia dos Homicídios no Brasil. Instituto Sangari. MACHADO, L. Z. Feminismo em movimento. 1ª Edição. São Paulo: Editora Francis, 2010. Volume 1, 188 páginas. SOARES, Bárbara. Enfrentando a Violência contra as Mulheres: Orientações práticas para profissionais e voluntários. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ATRIBUIÇÕES DO MÚSICO NA PMTO	
CONTEÚDOS	
Das atribuições da Banda de Músicas; Da subordinação; Da finalidade; Regentes; Regentes-auxiliares; Corneteiro; Aos demais integrantes da banda de música.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Aprimorar as habilidades e competências do Policial Militar do Quadro de especialista às necessidades institucionais, desenvolvendo suas aptidões ao exercício da função.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ALMEIDA, José Robson Maia de. Tocando o repertório curricular: bandas de música e formação musical. 2010. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Diretriz Nacional de Polícia Comunitária. Brasília. DF, 2019. FONTOURA, Marcos Aragão et al. A Banda da Polícia Militar do Rio Grande do Norte: música e sociedade. 2011. TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Regimento Interno da Polícia Militar. 2ª Ed. 2020.
COMPLEMENTAR	HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária. Autêntica, 2018. SILVA, Thallyana Barbosa da et al. Banda Marcial Augusto dos Anjos: processos de ensino-aprendizagem musical. 2012. TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Regimento Interno da Polícia Militar. 2ª Ed. 2020. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

PROJETOS COMUNITÁRIOS MUSICAIS	
CONTEÚDOS	
A banda de musica como ferramenta para o desenvolvimento das capacidades humanas; O processo pedagógico em ações comunitárias; As bandas de músicas no contexto sociocultural; Compreender a Banda marcial no contexto de ações de polícia comunitária; Entender a importância da Banda de Musica no contexto de inclusão social.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Aprimorar as habilidades e competências do Policial Militar do Quadro de especialista às necessidades institucionais, desenvolvendo suas aptidões ao exercício da função.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ALMEIDA, José Robson Maia de. Tocando o repertório curricular: bandas de música e formação musical. 2010. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Diretriz Nacional de Polícia Comunitária. Brasília. DF, 2019. FONTOURA, Marcos Aragão et al. A Banda da Polícia Militar do Rio Grande do Norte: música e sociedade. 2011. TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Regimento Interno da Polícia Militar. 2ª Ed. 2020.
COMPLEMENTAR	HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária. Autêntica, 2018. SILVA, Thallyana Barbosa da et al. Banda Marcial Augusto dos Anjos: processos de ensino-aprendizagem musical. 2012. TOCANTINS, Polícia Militar do Estado do Tocantins. Regimento Interno da Polícia Militar. 2ª Ed. 2020. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

SAÚDE MENTAL DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Saúde Mental e Qualidade de Vida; Principais Conceitos da Saúde Mental: do normal ao patológico; Riscos e Agravos da Saúde do Agente de Segurança Pública; Principais Sintomas do Adoecimento; O Suicídio.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os principais conceitos da saúde mental: do normal ao patológico; ● Identificar fontes estressoras que provocam sofrimento psíquico; ● Conhecer fatores de riscos e os fatores de proteção para o comportamento suicida; ● Reconhecer anomalias comportamentais em pessoas seu ambiente de trabalho, possibilitando a identificação e o alerta sobre ideação suicida; ● Citar a rede de encaminhamentos para pessoas em risco.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ATKINSON LD, MURRAY ME. Fundamentos de Enfermagem: introdução ao processo de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1989. BENJAMIN, A. A entrevista ajuda. São Paulo: Martins Fontes, 1994. CIANCIARULLO, T.I. Instrumentos básicos para o cuidar - um desafio para a qualidade de assistência. São Paulo: Atheneu, 1996. MALDONADO, MT; CANELLA, P. Recursos de relacionamento para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2003.
COMPLEMENTAR	MIRANDA, C. F. Atendendo o paciente. Perguntas e respostas para o profissional de saúde. Belo Horizonte, Crescer, 1996. MIRANDA, C. F. M.; MIRANDA, M. L. Construindo a relação de ajuda. 10 Ed. Belo Horizonte, Crescer, 1996. RODRIGUES, A. R. F. Enfermagem Psiquiátrica: saúde mental - prevenção e intervenção. São Paulo. EPU, 1996. SILVA, M. J. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo, Ed. Gente, 1996. TAYLOR, C. M. Fundamentos de Enfermagem Psiquiátrica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL BÁSICO	
CONTEÚDOS	
Comunicação: uma experiência pessoal e coletiva; Produzindo texto; Cuidados a serem observados; Texto ideal.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Compreender e desenvolver a comunicação oral e escrita em situações diversas, considerando o estilo pessoal e a adequação ao contexto comunicativo; ● Ampliar os conhecimentos a respeito da língua portuguesa de forma a aprimorar as habilidades comunicativas orais e escritas, para informar, argumentar, persuadir, emocionar e se relacionar com o outro; ● Exercitar diferentes habilidades discursivas para comunicar-se com clareza e eficiência; revisar aspectos fundamentais à construção de textos em Língua Portuguesa; Fortalecer uma atitude crítica e autocrítica como produtor de texto.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ABREU, Antonio Suárez. Curso de redação. São Paulo: Ática, 1994. BARRAHER, David W. Senso crítico: do dia-a-dia às ciências humanas. São Paulo: Pioneira, 1997. FARACCO, C.A. & TEZZA, C. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003. HAWAD, Helena Feres. Língua Portuguesa Instrumental. 2016.
COMPLEMENTAR	FAULSTICH, Enilde L.de J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 2005. OLIVEIRA, Edmon Neto de et al. Português Instrumental. 2016. SOARES, Maria Isolina de Castro. Português instrumental. 2016. FIEDLER, Luciele; DE CESARO, Lisiane. CURSO DE PORTUGUÊS INSTRUMENTAL. Anais da Feira do Conhecimento-IFC-Campus Ibirama , v. 1, n. 1, 2020. TERCIOTTI, Sandra Helena. O poder, a comunicação e o diálogo no ambiente organizacional. Organicom , v. 5, n. 9, p. 23-32, 2008.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA	
CONTEÚDOS	
Módulo 1 - Aspectos introdutórios; Módulo 2 - Elaboração do projeto de pesquisa: o que pesquisar e como planejar a pesquisa; Módulo 3 - Procedimentos metodológicos; Módulo 4 - Tipos de pesquisa, técnicas de coleta e de análise dos dados; Módulo 5 - Elaboração de trabalhos científicos.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os aspectos da produção de conhecimento científico; ● Compreender os elementos para laboração de projetos de pesquisa, monografias e artigos científicos relevantes para sua área de atuação; ● Elaborar trabalhos científicos.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales. Buenos Aires: Humanitas, 1978. BAUER, Martin. W. e GASKELL, George. (editores). Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. PEREIRA, Adriana Soares et al. Metodologia da pesquisa científica. 2018.
COMPLEMENTAR	LAKATOS, Eva Maria e MARCONI ANDRADE, Marina. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: ATLAS S. A. 1991. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI ANDRADE, Marina. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: ATLAS S. A. 1991. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica . Atlas, 2010. RAMOS, Albenides. Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento . Atlas, 2009. FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologias . Saraiva Educação SA, 2001.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

LIBRAS	
CONTEÚDOS	
Língua brasileira de Sinais: conceitos importantes; Parâmetros básicos da Libras; Estrutura linguística; Cultura, comunidade e Identidade surdas; Alfabeto; comunicação básica com solicitantes, vítimas, testemunhas, suspeitos envolvidos em ocorrências policiais.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os aspectos da Língua brasileira de Sinais; ● Compreender conceitos importantes; Parâmetros básicos da Libras; Estrutura linguística; Cultura, comunidade e Identidade surdas; ● Realizar comunicação básica com solicitantes, vítimas, testemunhas, suspeitos envolvidos em ocorrências policiais.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	FERRAZ, Rafael A. O mundo surdo: passeata dos surdos – luta e comemoração. Monografia. Recife: Faculdade Santa Helena, 2009. Disponível em: http://www.suvag.org.br/arquivos/raf.pdf . Acesso em: 31 dez 2011. FREITAS, O.C.R. Efeitos de pistas contextuais em língua de sinais sobre a recordação livre e compreensão de texto narrativo. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2009. AZEVEDO, Douglas Rosendo Nunes et al. CURSO DE LIBRAS NA FORMAÇÃO DE SOLDADO DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO–REFLEXO NO DESEMPENHO DO POLICIAL MILITAR. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública , v. 18, n. 1, 2018.
COMPLEMENTAR	FREITAS, Ronaldo; VEIGA, Alex. Módulo Libras. Disponível em: http://dc203.4shared.com/doc/6c6Bbw9A/preview.html . Acesso 30 dez 2011. RAMOS, C.R. LIBRAS: a língua de sinais dos surdos brasileiros. Disponível em: www.editora-arara-azul.com.br . Acesso em: 31 dez 2011. ROCHA, Walas De Souza. SEGURANÇA PÚBLICA E A LEI 10.826/03. 2019. DA SILVA, Ricardo Tomas. SURDOS E SEGURANÇA PÚBLICA: A NECESSIDADE DA COMUNICAÇÃO. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública , v. 6, n. 1, 2014. GOMES, THAIS DA CUNHA et al. PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. PALMA, Hugo Alexandre de Jesus. Por uma nova proximidade. Polícia, Comunicação e Redes Sociais. 2017.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Tecnologias e Sistemas Informatizados: Histórico da tecnologia da informação; Tecnologia da informação x sistemas de informação; Dados, informação e conhecimento; Redes de computadores; Sistemas de informação aplicados à segurança pública. Gestão da Informação: Dado, informação e conhecimento; Fluxos de informação; Características da informação; Elementos básicos da formulação e implementação de uma estratégia informacional; Conhecimento como vantagem competitiva. Conceito. Introdução e definição de telecomunicações. Alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q - Exploração da rede rádio. Pronúncia das Palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”; Tecnologias empregadas na instituição. Sistema de Atendimento e Despacho, Sistema de Rastreamento de Viaturas, Sistemas para verificação de veículos e pessoas; Rede Rádio. Conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição; Prática de Utilização de Rádio; Boletim de ocorrência do Centro de Operações; Visita ao centro de comunicação da instituição. PMTO Mobile: Tela de login; Tela principal; Tela de; Gestão das guarnições; Programações operacionais; Store; Mobile; Gestão. Lavatura de Termo Circunstanciado de Ocorrência. Elaboração do termo circunstanciado segundo previsto na Lei 9.099/95; O Termo Circunstanciado como base para a denúncia; A decisão do Supremo Tribunal Federal; Introdução: As discussões anteriores à Constituição Federal de 1988. Definindo as infrações penais que são de menor potencial ofensivo Principais infrações penais de menor potencial ofensivo, previstas no Código Penal; Principais infrações penais de menor potencial ofensivo, previstas na Lei de Contravenções Penais; Principais infrações penais de menor potencial ofensivo, previstas no Código Brasileiro de Trânsito; Sobre o local e a forma de elaboração do Termo Circunstanciado. Dados básicos da ocorrência e qualificação dos envolvidos; Termo de manifestação do ofendido; Termo de compromisso do(s) autor(es); Requisição de Exame de Corpo de Delito; Relatório; Ocorrências PM simulando TCO.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer as Tecnologias e Sistemas Informatizados; ● Compreender o conceito, introdução e definição de telecomunicações; ● Conhecer o Alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q - Exploração da rede rádio. ● Pronunciar as Palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”; ● Elaborar termo circunstanciado segundo previsto na Lei 9.099/95, Termo Circunstanciado como base para a denúncia; ● Conhecer as principais infrações penais de menor potencial ofensivo, previstas na Lei de Contravenções Penais; Principais infrações penais de menor potencial ofensivo, previstas no Código Brasileiro de Trânsito; Sobre o local e a forma de elaboração do Termo Circunstanciado. Dados básicos da ocorrência e qualificação dos envolvidos; Termo de manifestação do ofendido; Termo de compromisso do(s) autor(es); Requisição de Exame de Corpo de Delito; Relatório; Ocorrências PM simulando TCO.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistema de Informação: o uso consciente



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	da tecnologia para o gerenciamento. Saraiva, 2006. BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 07 de julho de 1940 (CP). _____. Decreto-lei n.º 3.688, de 03 de outubro de 1941 (LCP). _____. Lei Federal n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995. _____. Lei Federal n.º 10.259, de 12 de julho de 2001. _____. Constituição Federal do Brasil. 1989. _____. Código de Processo Penal. _____. Lei Federal n.º 11.313, de 28 de junho de 2006.
COMPLEMENTAR	FERREIRA LIMA, M. P. Crimes de computador e segurança computacional. Campinas: Millenium, 2008. FURTADO, Vasco. Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública. (s.l.): Garamond, 2002. LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais. São Paulo: Atlas, 2005. RVANELLO, A.; IUBEL, F. Epistemologia dos sistemas de informações gerenciais. Anais. II SBSI. Curitiba: Positivo, 2006. ROSSETTI, A.; MORALES, A. B.; O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. Ciência da Informação, Brasília, 2007. TANENBAUM; ANDREW. Redes de computadores. 4. ed. São Paulo: Campus, 2003. BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. Saraiva, 2006.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR	
CONTEÚDOS	
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR – APH; Cuidados na cena do atendimento; Avaliação do paciente e intervenção; Síncope, lipotímia ou desmaio; Crise Convulsiva; Obstrução das vias aéreas; Parada cardíaca/ respiratória; Reanimação cardiopulmonar; Afogamento; Hemorragias; Choque; Queimaduras; Hipertermia e hipotermia; Fraturas/ entorses e luxações; Imobilizações e transporte; Envenenamento por animais peçonhentos; Ferimentos; Doenças infecto-contagiosas / DST; Urgência obstétrica; Exposição à radiação; Socorros em conflitos armados.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Ser capaz de prestar e/ou auxiliar atendimentos pré-hospitalares em situações diversas de necessidade; ● Conhecer os procedimentos básicos de Bombeiro Militar, de forma a dar apoio nas ocorrências em que se fizer indispensável atuação conjunta; ● Estar apto a instruir a comunidade a respeito de medidas preventivas e protetivas no que se refere a suporte básico da vida e combate a incêndios prediais	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Primeiros Socorros em conflitos armados e outras situações de violência. Genebra: 2006. Disponível em http://www.icrc.org/por/assets/files/other/icrc_007_0870.pdf . CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GOIÁS. Protocolo de suporte básico da vida. Goiânia: CPMGO/SIATE, 2007. CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO PAULO. Cartilha de orientações básicas - Noções de prevenção contra incêndio - Dicas de segurança. São Paulo: 2011. SANTORO, Deyse e DOURADA, Águia. <i>Situações de urgência e emergência - Manual de condutas práticas</i> . 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Águia Dourada, 2012.
COMPLEMENTAR	FLORIANO, Cinthya Oliveira. Manual de Primeiros Socorros. Departamento Saúde e Bem Estar da Associação dos Funcionários da UnC. Canoinhas/Porto União: 2010. SANTORO, Deyse e DOURADA, Águia. <i>Situações de urgência e emergência - Manual de condutas práticas</i> . 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Águia Dourada, 2012. PEREIRA, Waleska Antunes da Porciúncula; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. Atendimento pré-hospitalar: caracterização das ocorrências de acidente de trânsito. <i>Acta Paulista de Enfermagem</i> , v. 19, p. 279-283, 2006. SIMÕES, Romeo Lages et al. Atendimento pré-hospitalar à múltiplas vítimas com trauma simulado. <i>Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias</i> , v. 39, p. 230-237, 2012. PEREIRA, Waleska Antunes da Porciúncula; LIMA, Maria Alice Dias da Silva. O trabalho em equipe no atendimento pré-hospitalar à vítima de acidente de





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	trânsito. Revista da Escola de Enfermagem da USP , v. 43, p. 320-327, 2009.
--	--



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

POLICIAMENTO AMBIENTAL	
CONTEÚDOS	
Conceitos básicos de Direito Ambiental: Conceito de Direito Ambiental; Princípios do direito ambiental; A Constituição Federal e o Direito Ambiental. Da legislação do Direito Ambiental: Medidas de proteção ao meio ambiente; Política Nacional de Meio Ambiente; Tutela penal e administrativa do meio ambiente; Responsabilidades por danos ao meio ambiente; Lei de Crimes ambientais. Da Doutrina de Policiamento Ambiental. Classificação; Atuação do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental; Atribuições do policial ambiental; Instrumentos de fiscalização ambiental; Fiscalização de atividades relacionadas ao Meio ambiente. Medidas de fiscalização de Fauna; Medidas de fiscalização de Recursos Pesqueiros; Medidas de fiscalização de Flora; Medidas de fiscalização em atividades potencialmente poluidoras. Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre sociedade e a natureza. Educação ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Projetos em Educação Ambiental.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os Conceitos básicos de Direito Ambiental: Conceito de Direito Ambiental; Princípios do direito ambiental; ● Conhecer Lei de Crimes ambientais; ● Compreender as relações entre sociedade e a natureza; ● Compreender os elementos da Educação ambiental e ação transformadora; ● Operacionalizar as atividades em Educação Ambiental; ● Ser capaz de realizar Projetos em Educação Ambiental.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	PRADO, Luiz Reges. Direito Penal do Ambiente. 5ª Ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. SIRVINSKAS, Luiz Paulo. Tutela Penal do Meio Ambiente. 4ª Edição. Editora Saraiva. TOCANTINS. Polícia Militar. Procedimento operacional padrão: POP. Palmas: PMTO.
COMPLEMENTAR	GOMES, Luiz Flávio. MACIEL, Silvio. Crimes Ambientais - Comentários A Lei 9605/98. 1a.ed. 2011. FREITAS, Vladimir Passos de. Direito Administrativo e Meio Ambiente. Ed. Jurua. 4ª Ed. 2010. GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. São Paulo: Editora Atlas, 2009. RODRIGUES, Andrey Carlos; SOUZA, Marcelo Tavares de; FIORIM, Patrício Bernabé. . Policiamento ambiental eficiente. 2013. DALLAGO, Renzo Medina. A fiscalização ambiental e o papel do Batalhão de Policia Militar Ambiental do Distrito Federal. 2013.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

EDUCAÇÃO FÍSICA II	
CONTEÚDOS	
Teoria e prática: Condicionamento físico geral; Alongamento; Exercícios de flexibilidade; Corrida contínua; Fartlek; Circuit Training; Interval training; Exercícios isométricos, isocinéticos e isotônicos; Exercícios de ação / reação; Exercícios de coordenação motora; Teoria e prática de aplicação do T.A.F. Treinamento Físico Policial Militar específico para Avaliação de Desempenho Físico: flexão de braço sobre o solo, flexão na barra fixa em vertical, abdominal remador, natação policial militar e corrida policial militar método Cooper em 12 minutos.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os principais conceito de saúde e doença; Relação entre qualidade de vida e desempenho no trabalho; ● Indetificar fontes de Prevenção da saúde; Hábitos de manutenção da saúde; Treinamento físico; Avaliação diagnóstica; ● Conhecer a teoria e prática de aplicação do T.A.F. Treinamento Físico Policial Militar específico para Avaliação de Desempenho Físico: flexão de braço sobre o solo, flexão na barra fixa em vertical, abdominal remador, natação policial militar e corrida policial militar método Cooper em 12 minutos.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BAECHE, Thomas R. EARLE, Roger W. Fundamentos do treinamento de força e do condicionamento. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009. BRASIL. Ministerio da Defesa. Manual de Campanha, Treinamento Físico Militar C20-20. 3 ed. Brasília, 2002. GONÇALVES, Aguinaldo; PIRES, Giovani De Lorenzi. Educação física e saúde. Motriz , v. 5, n. 1, p. 15-17, 1999.
COMPLEMENTAR	GUYTON, Arthur C. HALL, John E. Tratado de Fisiologia Médica. 12. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MACARDLE, Willian D. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e esempenho humano. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. HEYWARD, Vivian H. Avaliação Física e prescrição de exercício: técnicas avançadas. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. MONTEIRO, Henrique Luiz et al. Fatores socioeconômicos e ocupacionais e a prática de atividade física regular: estudo a partir de policiais militares em Bauru, São Paulo. Motriz , v. 4, n. 2, p. 345-350, 1998. SILVA, Saulo de Tarso Sanson. Análise dos testes de capacidade física no ingresso da Polícia Militar do Paraná.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS GRUPOS VULNERÁVEIS	
CONTEÚDOS	
Introduzindo a questão; Conceituando o tema: Grupos Vulneráveis e Minorias; Atuação policial e Grupos Vulneráveis: Pessoas Idosas; Segurança Pública e População em Situação de Rua; Atendimento Policial às Pessoas com Deficiência; Atendimento Policial às Crianças e Adolescentes.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
Este curso visa fornecer subsídios para a prestação de atendimento de qualidade a grupos vulneráveis (grupos mais suscetíveis à violação de seus direitos devido a questões ligadas a gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual) a partir dos conhecimentos básicos sobre os dispositivos legais referentes a cada um destes grupos	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	AMAS. Caderno de formação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Belo Horizonte: 2007. CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Polícia e gênero. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2001.
COMPLEMENTAR	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG). Diretriz para a produção de serviços de segurança pública Nº 08: atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a filosofia dos Direitos Humanos. Belo Horizonte: Seção de Emprego Operacional, 2004. SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil: 1995-2005. Brasília: UNB - Curso de Serviço Social, 2006. (Dissertação de Mestrado). DE CASTRO, IGOR GONÇALVES; VULNERÁVEIS–IDOSOS, AOS GRUPOS; HUMANOS, NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS. FACULDADE AÇÃO. SANTOS, Simone Maria; OLIVEIRA, Livia Henriques. Direitos Humanos e atuação policial: percepções dos policiais em relação a uma prática cidadã. Revista Brasileira de Segurança Pública , v. 9, n. 1, 2015.





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

NOÇÕES DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
CONTEÚDOS	
Histórico da Atividade de Inteligência no Brasil; Sistema Brasileiro de Inteligência; Subsistema de Inteligência de Segurança Pública; Sistema de Inteligência Policial Militar; Diretoria da Agência Central de Inteligência; Aspectos Doutrinários da Atividade de Inteligência; Lei de Acesso à Informação; Operações de Inteligência: Reconhecimento Operacional, Estória Cobertura e Vigilância; Estudo de Caso.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer o histórico da Atividade de Inteligência no Brasil; ● Conhecer e Compreender o Sistema Brasileiro de Inteligência, Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, Sistema de Inteligência Policial Militar; ● Ter conhecimento da Lei de Acesso à Informação; ● Compreender os mecanismos de Operações de Inteligência: Reconhecimento Operacional, Estória Cobertura e Vigilância. Estudo de Caso.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	BRASIL. Lei 9.883, de 07 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Brasília, DF, 08 dez. 1999. BRASIL. Decreto 3.695, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP), no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Brasília, DF, 22 dez. 2000. DA SILVA PATRÍCIO, Josemária. Inteligência de segurança pública. Revista Brasileira de Inteligência , v. 2, n. 3, p. 53-58, 2006.
COMPLEMENTAR	BRANDÃO, Priscila Carlos; CEPIK, Marcos, organizadores. Inteligência de Segurança Pública: teoria e prática no controle da criminalidade. Niterói, RJ: Impetus, 2013. CASTRO, Clarindo Alves de (Coord.); RONDON FILHO, Edson Benedito (Coord.). Inteligência de Segurança Pública: Um Xequemate na Criminalidade. 1ª Ed. Curitiba: Juruá, 2009. GOMES, Rodrigo Carneiro. Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento. Segurança Pública & Cidadania , v. 2, n. 2, p. 107-137, 2010. SANTOS, Jeremias dos. O conhecimento produzido pela atividade de inteligência a partir da análise criminal como ferramenta acessória: contribuições para ações de Segurança Pública . 2016. Tese de Doutorado. brasil. RODRIGUES, Cristina Célia Fonseca. A atividade operacional em benefício da





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

	segurança pública: O combate ao crime organizado. Revista Brasileira de Inteligência , n. 5, p. 57-64, 2009.
--	---



Distrito Agroindustrial, BR 153, KM 480
Paraíso do Tocantins - TO
CEP: 77.600-000, Caixa Postal 151
Telefone: (63) 3361-0300 | E-mail: paraíso@ifto.edu.br
<http://www.ifto.edu.br/paraíso>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Paraíso do Tocantins

FILOSOFIA DOS DIREITOS HUMANOS APLICADA À ATUAÇÃO POLICIAL	
CONTEÚDOS	
Módulo 1 - Direitos humanos e accountability nas agências responsáveis pela aplicação da lei. Módulo 2 - Implicações administrativas e penais na vida profissional do funcionário responsáveis pela aplicação da lei. Módulo 3 - Implicações financeiras na vida profissional do funcionário responsável pela aplicação da lei. Módulo 4 - Posicionamentos dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos diante das denúncias contra o Brasil. Estudos sobre Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.	
COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	
● Conhecer os Direitos humanos e accountability nas agências responsáveis pela aplicação da lei; ● Compreender as Implicações administrativas e penais na vida profissional do funcionário responsáveis pela aplicação da lei; ● Conhecer as Implicações financeiras na vida profissional do funcionário responsável pela aplicação da lei; ● Conhecer o Posicionamentos dos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos diante das denúncias contra o Brasil.	
BIBLIOGRAFIA	
BÁSICA	ALVES, José Augusto Lidgren. A Arquitetura Internacional dos Direitos Humanos. Brasília: FTD, 1997. BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. Trad. René Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Brasileiro. San Jose de Costa Rica/Brasília - Brasil: Mars editora, 1996.
COMPLEMENTAR	DANTAS, Adelaide Simone Navarro. O Papel das Polícias Militares junto a Sociedade Brasileira. Brasília: Gráfica e Editora Inconfidência, 1997. LEMGRUBER, Julita. MUSUMECI, Leonarda, CANO, Inácio. Quem Vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. SCHNEIDER, Elmir Jorge. Em busca da atuação policial não violenta no meio urbano para a efetivação dos direitos humanos. 2015. MENEZES, Jerry Andrade de. Atividade policial e direitos humanos sob a ótica do Plano Nacional de Segurança Pública. GUIMARÃES, Werner Walter Heuer. O uso legal da força policial como elemento garantidor dos direitos humanos no estado democrático de direito. DOUTRINAL—Revista Doutrinária da Polícia Militar de Pernambuco , v. 3, n. 2, p. 51-65, 2014.

